



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - CAMPUS XIV  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**LUDMILLA RAMOS SILVA**

**ATUAÇÃO E DIMENSÃO POLÍTICA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE  
CANTA GALO (1988-2000).**

**CONCEIÇÃO DO COITÉ-BA**

**2016**

**LUDMILLA RAMOS SILVA**

**ATUAÇÃO E DIMENSÃO POLÍTICA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE  
CANTA GALO (1988-2000).**

Monografia apresentada ao Colegiado do  
Curso de Licenciatura em História da  
Universidade do Estado da Bahia –  
*Campus XIV* – Conceição do Coité-BA,  
como pré-requisito para obtenção do título  
de Graduação em Licenciatura em  
História.

Orientador: Prof. Dr. Rogério Souza Silva.

**CONCEIÇÃO DO COITÉ-BA  
2016**

**LUDMILLA RAMOS SILVA**

**ATUAÇÃO E DIMENSÃO POLÍTICA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE  
CANTA GALO (1988-2000).**

Monografia apresentada ao Colegiado do Curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado da Bahia – *Campus XIV* – Conceição do Coité-BA, como pré-requisito para obtenção do título de Graduação de Licenciatura em História.

Área de Concentração: História e Política.

Orientador: Prof. Dr. Rogério Souza Silva.

**BANCA EXAMINADORA**

Data da apresentação: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

---

Professor Doutor Rogério Souza Silva (Orientador)  
Universidade do Estado da Bahia – *Campus XIV*

---

Professor Mestre Kleber José Fonseca Simões  
Universidade do Estado da Bahia – *Campus XIV*

---

Professora Doutora Ilzimar Glória Ferreira Oliveira  
Universidade do Estado da Bahia – *Campus XIV*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por ter me concedido coragem para suportar as dificuldades postas no caminho da graduação, acreditando sempre que era possível alcançar voos mais altos.

A minha família, suporte da minha existência, lar onde encontro aconchego nos momentos alegres e tristes.

Aos meus professores, pelo auxílio no meu aprendizado na academia, em especial Rogério Souza, pelo incentivo e contribuições valiosas para a escrita e conclusão deste trabalho, ao professor Kleber Simões que me ajudou na elaboração do projeto e a professora Ilzimar pelas contribuições na escrita e leitura do trabalho.

Aos meus colegas, com os quais construí amizades valiosas que vão além dos muros da Universidade, em especial Patrícia, Claudinéia, Vanessa, Laise, Géssica, Daniele e Emerson.

Por fim, não poderia deixar de agradecer a Maria da Conceição Ferreira Ramos, presidente da ACC, por ter disponibilizado as Atas, fonte fundamental para a construção deste trabalho e todos que cederam minutos/horas de seu tempo para narrar suas experiências coletivas junto a ACC. Em especial, Ivania, Renato, Clício, Agnaldo, que deram relatos fundamentais para a efetivação da pesquisa.

Deveriam os pobres se organizar?

Eric Hobsbawm.

## Resumo

O trabalho aqui apresentado objetivou-se analisar as experiências comunitárias da Associação Comunitária de Canta Galo (ACC), na busca pelo desenvolvimento local do Povoado de Canta Galo, localizado no município de Conceição do Coité, semiárido baiano. O estudo defende a importância das organizações coletivas para a conquista de direitos mais concretos, em benefício dos moradores e produtores que habitam o meio rural. Para além disso, são analisadas as práticas políticas partidárias que permeiam o espaço da entidade, usando prestígios para trazer conquistas e assim barganhar votos. Como fontes são analisadas as atas da entidade, estatuto social e entrevistas com alguns membros. Por fim, o trabalho demonstra que, uma organização social situada no meio rural, composta por sujeitos com culturas políticas divergentes diante do poder hegemônico local, alcançou conquistas relevantes para seus associados.

Palavras-chave: Associação. Desenvolvimento. Participação. Clientelismo. Política

## **ABSTRACT**

The work presented here aims to make an analysis of the community experiences of Associação Comunitária de Canta Galo (ACC), the search for the local development of the countryside of Canta Galo, municipality of Conceição do Coité semi-arid of Bahia. The study supports the importance of collective organizations for the achievement of more concrete rights, for the benefit of residents and farmers who live in countryside. Furthermore, partisan political practices are analyzed that permeate the body space, using political prestige to bring benefits and so bargain votes. As sources are used the minutes books of entity, laws and interviews with some members. Finally, the paper demonstrates that a social organization located in rural areas, consisting of individuals with divergent political cultures on the local hegemony, achieved fruitful conquests for its members.

Keywords: Association. Development. Participation. Clientelism. Policy.

## Sumário

INTRODUÇÃO _____	09
CAPÍTULO I - A COMUNIDADE DE CANTA GALO NOS TRILHOS DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. _____	14
1.1 O Estado e as políticas de desenvolvimento para o Nordeste _____	14
1.2 Sociedade civil e participação popular _____	21
1.3 O papel das associações na sociedade civil _____	25
CAPÍTULO II- ARRANJOS POLÍTICOS E PRÁTICAS CLIENTELISTAS DENTRO DA ACC. _____	30
2.1 O jogo da política Coiteense (1972-2000) _____	33
2.2 A política Urbana e laços clientelistas na ACC _____	37
CAPÍTULO III- O POVOADO DE CANTA GALO E A ACC _____	43
3.1 Associativismo na esfera local _____	48
3.2. A relação da ACC com a comunidade local _____	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	55
REFERÊNCIAS _____	57
FONTES _____	60
ANEXOS _____	61

## INTRODUÇÃO

O movimento popular, conhecido como Associação Comunitária de Canta Galo (ACC), nasceu pela busca dos moradores locais em prol do desenvolvimento da comunidade e em virtude das desigualdades enfrentadas pelos habitantes da zona rural. A ACC é fruto da luta de pessoas comuns, segmentos pobres que avistaram no movimento Comunitário maneiras para melhorar a vida do trabalhador no campo. Desse modo:

[...] “Reuniram-se no prédio Escolar de Canta Galo seus moradores, como também as comunidades vizinhas (Alagadiço, Algodão, Bela Vista, Morrinho do Canta Galo e Fazenda Miguel), com objetivo de fundarem uma associação, que lute pelos direitos sociais destas comunidades, que difunda os direitos e interesses do produtor Rural e da sua Região, lute pela construção de uma sociedade melhor e seja uma entidade Representativa e Organizadora do povo para um bom desenvolvimento Comunitário”. [...]. (trecho da ata nº 1 da ACC. p. 1).

O referido texto pertence à Associação Comunitária de Canta Galo, localizada no espaço rural do município de Conceição do Coité, no interior da Bahia. Os objetivos da entidade eram pautados na importância da participação popular comunitária, visando garantir para a população políticas públicas através das relações estabelecidas entre o Estado e a sociedade civil.

A discussão contemplada neste trabalho aborda os caminhos da política brasileira para o desenvolvimento dos agentes rurais, em sua maioria desprovidos de programas sociais, como também retomar e compreender no contexto estudado, as práticas assistencialistas e clientelistas que permeavam o crescimento da entidade e como os seus integrantes agiam nas lutas sociais na busca pelo desenvolvimento local.

Neste íterim, é importante compreender a força da coletividade de “pessoas comuns” na aquisição de conquistas sociais. Desse modo, nos embasamos nos estudos de Jules Michelet (1988), que no século XIX, em sua obra *O Povo*, já discutia a importância dos “sujeitos comuns” na historiografia para dar voz aos seus anseios e lutar por melhores condições de vida. A obra de Michelet abriu espaço para a história das massas populares, com uma narrativa feita para ouvir as experiências de vida dos trabalhadores do campo e da cidade, com o objetivo de pensar o conhecimento histórico a partir dos indivíduos comuns, assim, definida depois pelos Annales.

Nessa perspectiva, o uso da História oral se configura como método e fonte necessários para o estudo das massas. Philippe Joutard (2000), em seu artigo *Desafios à história do século XXI* enfatiza que: “A força da história oral, todos sabemos, é dar voz àqueles que normalmente não a têm: os esquecidos, os excluídos”[...] (Joutard, 2000, p, 33). A oralidade é de suma importância, para conhecer as trajetórias de vida das massas populares, que normalmente estão fora dos estudos da historiografia tradicional, mas que são dotados de um vasto manancial de fatos históricos, pois cada indivíduo salvaguarda suas memórias e experiências que precisam ser partilhadas na construção de outras vozes, outras histórias. Entretanto, faz-se salutar reconhecer os limites da fonte oral, que são as fraquezas da memória, porquanto esta é seletiva, podendo variar as lembranças em função do tempo, mas isso não deve se tornar um empecilho para aqueles que desejam trabalhar com a fonte.

Esta análise está organizada em três capítulos. O primeiro capítulo versa sobre as políticas do Estado desenvolvimentista brasileiro em prol de mudanças sociais tanto a nível nacional quanto nordestino, território em que ACC foi fundada como forma de amenizar as mazelas sociais que acometem a população cantagalense. O segundo capítulo aborda o cenário político de Conceição Coité, articulado ao cenário político nacional buscando compreender como se dava a relação política partidária entre a ACC e a gestão municipal. O terceiro capítulo é destinado a uma análise das ações da ACC, (espaço maior do estudo) pensando o associativismo como fator relevante para conquistas de benefícios para os sócios, como também para a comunidade local. Assim, muitas características aqui estudadas, ainda fazem parte do período atual da entidade.

Em suma, o presente trabalho disserta sobre a atuação e dimensão política da Comunidade de Moradores Rurais de Canta Galo, situado à dezoito quilômetros do Município de Conceição do Coité. A cidade fica localizada na zona fisiográfica do Nordeste, ao leste da Bahia, distante 210 km de Salvador. Segundo os dados do IBGE do censo de 2010, Conceição do Coité possui uma área de 1.016.006 km<sup>2</sup> e uma população de aproximadamente 63 mil, com estimativa para 2015 de aproximadamente 68.146 mil habitantes.

O marco temporal escolhido para este estudo refere-se ao final da década de 1980, mais precisamente 1988 até o ano 2000. O ano de 1988 é escolhido por ser o momento da fundação da ACC, e o período que o direito de organizar-se em

sindicatos e associações é garantido por lei na Constituição Federal de 1988. Para Souza (2000), em seu livro, *Desenvolvimento de comunidade e participação*: “A ação coletiva surge como organização popular para enfrentar o descaso social”. (SOUZA, p.15). Assim, o cidadão começou a ficar mais ativo na luta pela conquista e garantia de seus direitos. Já o ano 2000, é o momento em que os sócios começam a reivindicar por direitos dentro de suas reais possibilidades de efetivação, frente ao poder público.

Dessarte, para analisarmos a organização e a participação popular da ACC, é fundamental compreendermos os rumos das lutas sociais empreitadas pelos “sujeitos comuns” dentro da historiografia social. Segundo Hebe Castro (1997), a historiografia social valoriza as ações, costumes e cultura de cidadãos comuns que estão presente na pluralidade dos acontecimentos humanos. A história busca compreender o comportamento do sujeito histórico e suas relações com os diversos segmentos sociais.

Nesse contexto, as organizações sociais se caracterizam a partir de uma identidade coletiva que procura a conquista de direitos nos espaços de construção da cidadania. Para além das grandes cidades, o campo também foi lugar onde indivíduos sem teorias políticas e sociais recorreram à ação coletiva para reivindicar direitos e modificar suas realidades . Sobre esta questão, Maria Glória Gohn, (2002) no artigo *Teoria dos Movimentos Sociais na contemporaneidade* aborda que:

Os movimentos seriam sintomas de descontentamento dos indivíduos com a ordem social vigente e seus objetivos principais seriam a mudança dessa ordem. Em determinadas condições, eles poderiam se tornar um perigo para a própria existência dessa ordem social. (GOHN, 2002, p.38)

De acordo com a autora, os movimentos sociais surgem da insatisfação popular com o sistema. A falta de garantia dos direitos básicos ao ser humano contribui para que os movimentos ajam em defesa e segurança da legitimidade das conquistas adquiridas com muito esforço pelos setores de bases. Por conseguinte, as organizações tendem a ameaçar a ordem vigente, uma vez que a depender da sua amplitude, podem fragmentar setores medulares da sociedade como um todo.

No processo histórico da busca por direitos e deveres que devem ser garantidos pela gestão pública, os movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980, estavam vinculados ao processo de redemocratização brasileira pelo fim do Regime Militar, que marcou a política do país por duas décadas (1964-1985). Dessa maneira, é oportuno pensar as agitações sociais como ação e processo de

organização popular, em torno do espaço político construído nos centros de mobilização e participação. Surgem as lutas pela volta dos direitos humanos com a formação de amplos movimentos populares, marcando o início de exigências sociais de variadas agremiações, tanto na esfera urbana, quanto na rural. Nesse contexto, começa no campo todo um trabalho de organização popular para conseguir a inclusão da população rural que ainda era excluída dos direitos trabalhistas, enquanto para os trabalhadores urbanos já era estabelecido um piso salarial atrelado ao salário mínimo.

Luís Claudio Duarte (2000), *apud* Jacobi, (1995, p.225) aponta que os movimentos da década de 1970 pautavam suas “reivindicações na conquista por direitos a cidadania vinculada à dimensão do cotidiano e do local de moradia”. Já na década de 1980, “as demandas passaram a se concentrar em torno das questões do desemprego e da habitação, além das demandas por melhorias nas condições de vida”. Quanto a essa questão, Souza assevera que: “Os movimentos sociais acontecem pela busca de soluções para condições mínimas de direitos humanos e ampliação das condições de cidadania da população”. (SOUZA, 2000, p.14), ambos os movimentos, estavam caracterizados pelas ações coletivas, em que a população civil expressava suas lutas por inclusão social.

Ainda sobre esta discussão, é válido colocar que a “ação social” está relacionada também, com uma formação crítica-social dos sujeitos inseridos nesse processo de aprendizagem e construção da cidadania, tendo como função primordial a garantia de direitos a todo cidadão. O conceito de cidadania discutido por José Murilo de Carvalho (2002) aponta que, esta, se desdobra em direitos:

Civis são os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei [...]. São direitos cuja garantia se baseia na existência de uma justiça independente, eficiente, barata e acessível a todos. [...] os direitos políticos se referem à participação do cidadão no governo da sociedade. Seu exercício é limitado a parcela da população e consiste na capacidade de fazer demonstrações políticas, de organizar partidos, de votar, de ser votado [...] os direitos sociais garantem a participação na riqueza coletiva. Eles incluem os direitos à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria. (CARVALHO, 2015 p. 15 e 16).

Isto posto, a cidadania inclui várias dimensões, mas não garante a resolução de problemas sociais como um todo. Para o autor, no Brasil não existe o exercício da cidadania plena, pois, para tanto o cidadão precisaria gozar dos direitos civis,

políticos e sociais conjuntamente, e na prática isso não acontece. Em vista disso, das ramificações apresentadas por Carvalho (2015), podemos considerar que, a organização da ACC vinculava a conquista da cidadania ao caminho dos direitos sociais, visto que a organização Comunitária estava embasada na coletividade e buscava melhorias para o espaço social do qual fazia parte.

A garantia dos direitos sociais depende da eficiência do poder executivo, que ao administrar para o exercício da cidadania, permite a sociedade organizada reduzir as desigualdades, na garantia do bem-estar para todos e o ato de “participar” prepara o ser humano politicamente para pleitear direitos. Para Carvalho, o caminho da cidadania é longo, foram realizados progressos, porém a passos lentos.

Para Bernardo Sorj (2001) a cidadania é um meio particular de pertencer a uma comunidade e ter acesso a um conjunto de direitos partilhados de forma igual entre os sujeitos da sociedade. Entretanto, no Brasil essa realidade é frágil, pois as variadas formas de desigualdades ainda estão postas em todo meio social.

Portanto, estudar os sujeitos da ACC na luta por melhores condições de vida dentro de um contexto plural em que as relações eram conflituosas em virtude das práticas clientelistas, se configura como uma experiência singular em dar voz aos moradores do campo, que muitas vezes os direitos básicos não chegavam às suas realidades.

## **CAPÍTULO I - A COMUNIDADE DE CANTA GALO NOS TRILHOS DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL.**

### **1.1 O Estado e as políticas de desenvolvimento para o Nordeste**

O Estado desenvolvimentista brasileiro, ao assumir funções diversificadas criou instituições próprias para as políticas de desenvolvimento nacional. Determinadas políticas eram concebidas como possibilidade de criar espaços favoráveis à autogestão das comunidades. Através do movimento comunitário elas ganhavam força para fiscalizar o poder público, construindo uma nova relação entre Estado e sociedade. Nesse modelo administrativo, o Estado era mais aberto à participação da sociedade no gerenciamento de medidas para obtenção do crescimento.

A partir desta constatação, é necessário apontar os caminhos que o Estado brasileiro percorreu para gerir propostas de crescimento econômico vinculado às questões sociais, já que o conceito de desenvolvimento pensado no país levava em consideração a diminuição dos níveis de pobreza, desemprego e desigualdade.

No contexto internacional, as agitações políticas e sociais da década de 1930, tiveram como uma de suas causas a crise de 1929, que afetou em larga escala os países de economia agrícola. O Brasil, que dependia da exportação de produtos primários para o crescimento da economia nacional, foi gravemente afetado. Diante disso, o Estado tomou medidas de proteção e assumiu um novo papel com participação mais ativa na economia.

O contexto nacional foi marcado pela cisão política entre as elites dos grandes estados, que culminou na Revolução de 1930. Nessa seara, Júlio Prestes, candidato paulista indicado pelo então Presidente Washington Luís, venceu as eleições de 1930, derrotando Getúlio Dornelles Vargas, candidato formado pela Aliança Liberal, que tinha Rio Grande do Sul e Minas Gerais como seus principais alicerces. Nesse seguimento, iniciou-se uma conspiração revolucionária, exigindo respostas da vitória do candidato paulista pelas armas, pois havia uma grave suspeita de fraude eleitoral. Assim, em três de novembro de 1930 uma Junta Militar tomou o poder passando, posteriormente, o comando do executivo federal para Getúlio Vargas.

Esse processo marcou o fim da República Velha e início de novos tempos. Conquanto, para o historiador Boris Fausto (1995), a Revolução não foi feita por

uma nova classe social. Os vencedores de 1930 eram formados por uma heterogeneidade de interesses, tanto de cunho social, quanto político, que se uniram contra um mesmo adversário com perspectivas diversas<sup>1</sup>. Assim, a partir de 1930, houve a criação do que o autor chama de Estado de Compromisso, onde as antigas oligarquias, as classes médias urbanas e a nascente burguesia industrial adquiriam vantagens diante do Estado forte e centralizador que se desenhava naquele contexto. Apesar de todas as mudanças, a política da troca de favor não deixou de existir, porém, com um diferencial: a ordem agora vinha do centro para o interior.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) ocorreu um reordenamento de intervenção nas economias mundiais, tanto desenvolvidas como subdesenvolvidas. Gil Célio Castro Cardoso (2007), no livro *A Atuação do Estado no Desenvolvimento Recente do Nordeste*, atesta que:

Durante esse período o Estado deixa de ser apenas um agente regulador do sistema econômico, conforme os ditames da teoria liberal, assumindo também os papéis de planejador, financiador e empresário no processo de desenvolvimento, situação que se manteve praticamente inalterada até a década de 1980. (CARDOSO, 2007, p. 23)

A partir dos anos 1930, o Brasil começou a construir um modelo de desenvolvimento nacional, tendo a industrialização como base. Porém, nas palavras de Cardoso (2007), a intervenção estatal pautada no planejamento para promoção da industrialização, ocorreu apenas com o Plano de Metas no período de Juscelino Kubitschek, em meados da década de 1950. O país não possuía ainda, estruturas industriais para sustentar o modelo do Estado de Bem- Estar social, através de proteção aos sujeitos em condição de vulnerabilidade econômica. Desta forma, o governo brasileiro adotou o desenvolvimento intervencionista. Nesse mesmo período foram divulgadas um conjunto de medidas tendo em vista o desenvolvimento da nação. Tais medidas ficaram conhecidas como o plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia), com objetivo de gerenciar os gastos públicos no país.

Como no cenário internacional também não havia a disponibilidade de capitais, em decorrência da crise de 1929, o sucesso de uma iniciativa destas somente poderia ser concretizada a partir da ação do Estado, que foi assumindo progressivamente o papel de principal agente de desenvolvimento capitalista brasileiro, ora exercendo a função de produtor, ora de protetor da indústria nacional frente à concorrência estrangeira. (CARDOSO, 2007, p, 92).

---

<sup>1</sup> Para maiores informações ver: FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*. In: História do Brasil. São Paulo: Universidade de São Paulo, Fundação do Desenvolvimento da educação, 1995, p, 319-328.

Na árdua tarefa de desenvolvimento do Estado brasileiro, coube a este, criar condições para sua realização, como: reunir capital, criar empresas nos setores básicos, proporcionar estímulos, subsídios, isenções e incentivos fiscais. Assim, no governo de JK, o Estado exerce o papel de indutor atuando como empresário e regulador do processo de industrialização.

Com os militares no comando, intensificou-se a intervenção estatal na economia com a justificativa de combate à inflação, instalação de novas empresas financiadas com empréstimos externos e apoio à burguesia. Desse modo, o milagre econômico firmou o processo de industrialização iniciado desde os anos 1930, ainda que, para a classe trabalhadora “o “preço social” pago, por antecipação, pelo “milagre” [tenha sido]: a erosão dos salários reais e da qualidade de vida dos trabalhadores”. (MENDONÇA, p. 28).

Esse padrão de desenvolvimento, tendo como base a industrialização, privilegiou as elites tradicionais, e a maioria da população ficou de fora desse processo. Logo, esse crescimento não alterou as realidades sociais vivenciadas em todo o país, que continuou marcado pelas injustiças, sobretudo as disparidades de renda e desigualdades regionais, dicotomia na qual se desenvolveu a economia brasileira. É inegável o progresso industrial desse período, porém esse salto não beneficiou a maioria da população pobre do país.

As políticas governamentais de desenvolvimento não ficaram restritas somente na esfera Federal, a Região Nordeste foi “agraciada” com este projeto de progresso que o país tanto almejava. Esta localidade, a mais antiga de povoamento do Brasil, é narrada por muitos estudiosos como um lugar marcado pelas adversidades climáticas que varia de sub-região para sub-região. Nessa análise, focarei o “sertão baiano,” espaço geográfico, no qual está situado o *lócus* da minha pesquisa. O sertão apresenta clima semiárido, com chuvas escassas, por isso acontece o período das secas, e por conta desses problemas climáticos, buscando trazer para a localidade o desenvolvimento, o governo brasileiro realizou intervenções a partir de dois aspectos: a seca e a falta de infraestrutura econômica.

[...] Como parte das medidas de emergência adotadas, achava-se que os esforços governamentais deveriam ser concentrados no sentido de combater o fenômeno da seca e seus efeitos de forma direta, por meio da acumulação de água e construção de obras de engenharia, visando reter o homem no campo e dar condições de progresso à agricultura. (CARDOSO, 2007, p, 123).

Assim, para o autor, objetivando sanar os problemas da seca, foram criados programas governamentais no intuito de combater os efeitos da estiagem. Determinadas propostas iniciaram-se em 1909 com a Inspetoria de Obras Contra as Secas – IOCS. Em 1919-1920, o IOCS passou a se chamar Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas – IFOCS. Nessa perspectiva, Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2009), coloca que o termo Nordeste é usado para definir a área de atuação do IFOCS. Assim, a Região surge como parte do Norte propícia a estiagens, sendo, merecedora de atenção especial do poder público.

O Nordeste é, [...] filho das secas; produto imagético-discursivo de toda uma série de imagens e textos, produzidos a respeito deste fenômeno, desde que a grande seca de 1877 veio colocá-la como o problema mais importante desta área. [...] O Nordeste e os nordestinos são invenções destas determinadas relações de poder e do saber a elas correspondente. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p, 81 e 31).

Desse modo, para o autor, o Nordeste é uma localidade inventada a partir da linguagem e produção imagética que se concretiza por meio das relações de poder. Assim, a política do IFOCS ao longo de sua existência encontrou dificuldades para realizar suas ações, em virtude da falta de recursos. No primeiro governo de Vargas, ainda impactado pela crise de 1929, foi destinada uma parcela da receita federal para o IFOCS. Em 1936, o fundo foi aplicado no território definido como “Polígono das Secas”, formado pelos Estados do Nordeste e Minas Gerais, porém, com a política do Estado Novo (1937), foram extintas as verbas para a localidade.

Após a ditadura de Vargas, foram disponibilizados recursos da União para a execução de obras e serviços de assistência econômica e social na Região, por meio de empréstimos aos agricultores e industriais nordestinos, através do recurso denominado de “Fundo Especial das Secas”, para a construção de açudes, sistema de irrigação, entre outros.

Uma característica comum [...] presente tanto na construção de açudes quanto na perfuração de poços, é o fato de que grande parte desses estavam localizados em propriedades particulares de políticos ou grandes e médios proprietários da região, evidenciando que este aparelho governamental havia sido “capturado” pelas oligarquias agrárias nordestinas, que o utilizara para viabilizar o seu sistema de dominação. (MARANHÃO, 1982, *apud* CARDOSO, 2007, p, 126).

Nessa perspectiva, é possível afirmar que a construção dos recursos hídricos em locais particulares é uma continuação de um sistema de dominação, em que a população mais pobre teria que solicitar permissão aos proprietários dos terrenos para ter acesso aos reservatórios construídos. Isso evidencia, nas palavras de

Cardoso, a frágil atuação dos órgãos governamentais de “combate às secas”, mostrando a atuação de um Estado “imobilista” e “capturado”.

De acordo com Suely Salgueiro Chacon (2007), na obra *O Sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas modernidade e sustentabilidade no semi-árido*, a história do Sertão sempre foi marcada pela interferência do Estado, uma vez que a falta de água contribuiu para explicar ações governamentais na localidade. O discurso político e econômico se justificou pelas relações sociais, sendo a seca um elemento estruturante da vida política regional, apropriada como meio de “regular” as afinidades governistas na localidade.

Como passo decisivo de fazer acontecer o crescimento nordestino, fora implantado duas grandes obras de empreendimento hidráulico numa transição de intervenção do Estado desenvolvimentista. A Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) em 1945, e a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), em 1948. A primeira foi projetada para suprir a carência da energia elétrica no Nordeste, considerada hoje, a mais importante empresa de produção e distribuição de energia no espaço citado. A segunda objetivava promover o desenvolvimento regional pela via da irrigação, visando à geração de emprego e renda e diminuição do êxodo rural por conta das secas.

A CHESF [...] promoveu uma significativa expansão da rede de energia elétrica residual em todo o Nordeste, possibilitando [...] uma modernização na vida de milhões de pessoas que vivem no meio rural, constituindo-se, portanto, a base para a política regional desenvolvimentista. (COSTA, 2003 apud CARDOSO, 2007, p, 127).

A intervenção governamental realizada pela CHESF e CODEVASF (denominação dada em 1974 à antiga CVSF), conseguiu introduzir algumas mudanças no panorama regional, ainda que restritas às áreas de atuação destas instituições, deixando de fora todo semiárido nordestino. Desse modo, a intervenção governamental não foi suficiente para solucionar os problemas econômicos e sociais.

Tais problemas permaneciam por que no contexto social e político não haviam se modificado, sendo praticamente os mesmos vivenciados no período monárquico. O senhor rural passou a chamar-se “coronel” e continuava a deter o poder econômico e político, tendo, porém, estabelecido novas formas de dependência, de escravidão e de desigualdades. (CARDOSO, 2007, p, 129 e 130)

Em síntese, as lideranças coronelistas se mantiveram em todas as esferas do poder, para que não sucedessem mudanças em suas áreas de domínio, fazendo

valer o ideário político da República Velha, que nem a Revolução de 1930 e a ditadura de Vargas conseguiram alterar.

Como já foi colocado, no final da Segunda Guerra Mundial, o Estado adotou novas posturas em relação ao desenvolvimento em âmbito mundial, sob a utilização do planejamento para obtenção do crescimento econômico. No Brasil, foram criados os órgãos regionais como, Banco do Nordeste do Brasil (BNB), fundado em 1952 e Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) criada em 1959. Eles buscavam o desenvolvimento a partir da melhoria de emprego e renda, sinalizando a fase de intervenção econômica. O BNB possibilitou ao Nordeste bom suprimento de energia elétrica e um razoável número de barragens e reservatórios. No entanto, para o Maranhão (2003), *apud* Cardoso (2007), mesmo com esses investimentos em decorrência das secas, o governo teve que providenciar emprego para as pessoas adotando medidas de emergência para a construção de obras públicas.

[...] O atraso do Nordeste não era uma questão limitada ao fenômeno natural das secas, mas tratava-se de um problema mais amplo de caráter econômico em que a seca aparecia como fator negativo inserindo no contexto maior do subdesenvolvimento. Tratava-se na verdade de um problema estrutural, e que deveria estar situado no contexto do próprio desenvolvimento econômico brasileiro, e não apenas do Nordeste. (CARDOSO, 2007, p, 133).

Nesse sentido, é importante apontar que o suposto atraso nordestino não era somente por conta da escassez das chuvas, existia toda uma dinâmica econômica nacional de falta de políticas públicas sociais para o território, que piorava ainda mais com as estiagens prolongadas. O programa de Estado do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) teve como proposta central estimular a industrialização, uma vez que o setor industrial já comandava o crescimento econômico no Sudeste, enquanto o setor primário no Nordeste ainda se mostrava incapaz para decolar no desenvolvimento econômico.

Na década de 1960 a SUDENE, que tinha como missão planejar o processo de expansão regional, concentrou os recursos federais na realização de pesquisas sobre a aquisição de recursos naturais e ampliação em infraestrutura. Tais medidas contribuíram positivamente para que nas décadas de 1970/80, o Nordeste fosse uma localidade a apresentar elevada taxa de aumento do PIB no país. Não obstante, esse avanço não aconteceu de forma homogênea em todos os espaços. Outro fator a ser considerado, é que mesmo com a mudança da concepção hidráulica para a

econômica, a intervenção governamental continuou sendo, assistencialista com programas de distribuição de cestas básicas e criação da frente de serviço.

Portanto, as estratégias de desenvolvimento para o referido Território, foram baseadas numa política destinada aos grandes projetos industriais. Para a população que habitava longe desses centros, restou-lhes viver com favores (nunca pagos) das práticas assistencialistas brasileiro.

A década de 1990 foi campo da integração da economia brasileira à economia mundial, por conta das medidas de combate a inflação e redução de ajustes fiscais no governo. Segundo Cardoso (2007), esse dado marca o fim do modelo econômico vigente no Brasil desde 1930, mais centrado no Estado, e adota um sistema que coloca Estado, mercado e sociedade civil diante de um novo desafio: buscar estratégias de intervenção para o modelo ainda em construção. Destarte, o Nordeste reformulou as instituições já existentes, criando novos caminhos de crescimento, juntamente com o Banco do Nordeste, sendo este, agente do governo federal assumindo uma fase de sustentabilidade e participação social, atrelado ao seu papel de atuante financeiro regional. [...] “A aproximação da Instituição com os micros e pequenos empreendedores, que tiveram inclusive, a criação de linhas de créditos específicas para o seguimento como o microcrédito”. [...] (CARDOSO 2007, p, 172). À SUDENE cabia planejar e coordenar esse desenvolvimento. Nessa fase, o trabalhador do campo teve acesso às linhas de crédito para investir e melhorar suas produções agrícolas e comerciais.

Esse novo modelo de crescimento preconizava a participação da sociedade no planejamento e implementação de políticas públicas. Determinada proposta valorizava a autonomia dos agentes locais, e a comunidade, nesse momento, passa a desempenhar o papel demandante, ou seja, começa agir como protagonista.

[...] A partir da metade da década de 1990, a atuação do BNB inaugura um novo padrão de intervenção estatal no Nordeste, podendo-se afirmar que, a adoção da estratégia de desenvolvimento local para impulsionar o desenvolvimento regional, representa uma ruptura no modelo de intervenção estatal na Região [...].( CARDOSO, 2007, p, 240)

No contexto apresentado, o BNB inaugura uma nova fase de atuação na procura de soluções para a pobreza do Nordeste e construção de um modelo com bases mais sustentáveis, apesar de que a preocupação central ainda eram as questões econômicas, fio condutor para a aquisição de um Estado desenvolvimentista no Brasil.

Ainda sobre esse processo de industrialização atrelado ao desenvolvimento, Fernando Henrique Cardoso, no seu discurso de despedida do Senado, após ter vencido as eleições de 1994 para Presidente da República, avalizou que o país precisava superar os resquícios da Era Vargas:

Resta, contudo, um pedaço do nosso passado político que ainda atravanca o presente e retarda o avanço da sociedade. Refiro-me ao legado da Era Vargas — ao seu modelo de desenvolvimento autárquico e ao seu Estado intervencionista. (CARDOSO, 1994, p, 1).

Destarte, FHC critica o modelo de desenvolvimento que conquistou avanços com o processo industrial, mas que nos fins da década de 1970 começou a minguar, sendo necessário pensar em outros ciclos desenvolvimentistas para a inclusão do país na economia internacional.

Nessa direção da busca pelo desenvolvimento e compreensão das semelhanças estabelecidas entre Estado e sociedade civil, Francisco de Oliveira (1999) expõe em seu trabalho *Crítica à razão dualista: O Ornitorrinco*, a dicotomia existente entre o desenvolvimento/subdesenvolvimento. Para o autor, a sociedade brasileira não é produto do atraso, pois convive simultaneamente com edifícios opulentos e modernos e com grandes periferias, forma de moradia predominante:

[...] O conceito do subdesenvolvimento como uma formação histórico-econômica singular, construída polarmente em torno da oposição formal de um setor “atrasado” e um setor “moderno”, não se sustenta como singularidade: esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos. (OLIVEIRA, 1999, p, 32)

No processo real do subdesenvolvimento criado pela expansão do capitalismo, o que é chamado de “moderno” cresce e se sustenta em conluio com o “atraso”. O Brasil não segue a linha de subdesenvolvido e desenvolvido, uma vez que, é visível a existência e as relações estabelecidas entre os dois modelos de sociedade.

## **1.2 Sociedade civil e participação popular**

Serão abordados no presente tópico as concepções de Antônio Gramsci e Max Weber sobre Estado e sociedade civil. Por esse ângulo, as lutas da sociedade civil estão relacionadas em grupos afins, porfiando interesses comuns na conquista de direitos. No seguimento da política desenvolvimentista em diferentes partes do mundo, se faz necessário identificar os papéis do Estado e da sociedade civil em seu desenrolar. .

Refletir sobre o papel do Estado implica apreender a dinâmica das relações sociais em contextos múltiplos, que assumem características restritas, quando este atende uma só classe, ou ampliando sua ação, quando abarca diferentes grupos. Assim, Sonia Regina de Mendonça (2012) destaca:

O estado ampliado em Gramsci não é um torneio de contrários entre entidades em posição de alteridade. Longe disso, ele é tomado como a condensação de relações sociais estabelecidas á sociedade civil- espaço dos aparelhos de hegemonia – que disputam a imposição de um, entre vários, projetos de hegemonia e á sociedade política ou estado restrito [...]. (MENDONÇA, 2012, p. 206)

Na concepção de Gramsci, apresentada por Ademir Alves da Silva (1992), o Estado é dividido em duas categorias: sociedade política, representando a força e coerção e a sociedade civil com uma complexa rede de relações, em que está não são somente comandada, mas também dirigida. Deste modo, a sociedade política é o Estado restrito formado pela classe dominante que exerce e mantém o poder, não somente pela repressão, mas também pela mediação e consentimento dos grupos envolvidos. Assim, o Estado é um referencial criado para a ação, com a junção da sociedade política, função de dominação e sociedade civil com o papel de hegemonia, a quem agrega instituições como escolas, igrejas, sindicatos entre outros responsáveis pela difusão de ideologias, exercendo a preeminência que é:

Entendida como a capacidade de dirigir antes de dominar, o que implica em tomada de poder, [...] que implica em uma transformação radical da concepção de mundo, respaldada em um novo bloco histórico, no qual a classe operária é a força dirigente. (SILVA, 1992, p, 39).

Isso implica na construção de uma nova hegemonia com a superestrutura, ou seja, com outras pessoas no poder e a classe trabalhadora formando nova sociedade através da coletividade da classe subalterna. Assim, o Estado não é somente máquina repressiva, mas agrega um conjunto de vínculos, no qual acontece a intervenção e compromisso entre os setores dominantes e os sujeitos subalternos.

A categoria sociedade civil, como destaca Maria Lúcia Duriguetto (2008), a partir de Gramsci, é um espaço em que as classes se organizam e defendem seus interesses em organizações como, associações, sindicatos e partidos com ganhos diversos. Segundo a autora, o termo sociedade civil foi usado no Brasil no final da década de 1970, período de ação dos movimentos sociais com ampliação das conquistas de direitos.

A concepção de sociedade civil aqui incorporada e defendida é a que a vê como espaço em que se desenvolvem os processos políticos que objetivam organizar os interesses das classes subalternas e projetá-los em termos de ação hegemônica na direção da construção de um novo projeto societário. (DURIGUETTO, 2008, p, 10).

A sociedade civil é um ambiente plural, construído e consolidado a partir de lutas populares e formação de uma vontade coletiva para ter acesso aos recursos econômicos, políticos e culturais. É no conceito de “Estado ampliado”, proposto por Gramsci, que a sociedade civil está inserida, tendo como função a conquista da hegemonia, mas isso não ocorre de forma tranquila.

Nessa perspectiva, “Estado” e a sociedade civil, para Gramsci, são organizações indissociáveis, pois na teoria ampliada do conceito de Estado são estabelecidas relações de hegemonia de um grupo para o outro, que tutelam interesses semelhantes pertencentes a sua classe social e a sociedade política, ou seja, os aparelhos de poder do Estado.

Para Stefanie Spessart (1982) socióloga do Instituto de Estudos Latino-Americanos, o Estado é o principal adversário das classes sociais que lutam. Segundo ela, somente através da confrontação com este, é possível conseguir resultados concretos.

O Estado assume a qualidade de representante direto dos interesses capitalistas, fixando os salários decretando as condições de trabalho [...]. Nessa situação de miséria e necessidade que domina a vida dos moradores pobres, o Estado é adversário e garantia ao mesmo tempo. (SPESSART, 1982, p. 133 e 134).

Dessa forma, nos dizeres de Spessart (1982), o Estado exerce uma função dialética, entre seu poder administrativo e a sociedade civil, intervindo sempre para manter a ordem social, ameaçada pelas lutas sociais, e, o Estado, exerce o papel de paternalismo entre os mais pobres. Pois, “a experiência diária demonstra que o Estado não assegura o “bem-estar” comum”. (SPESSART, 1982, p. 135). Isso é observável na falta de políticas públicas para as camadas populares.

Outro pensador que discute o conceito de Estado é Max Weber, no qual “o Estado se define como a estrutura ou o agrupamento político que reivindica com êxito o monopólio do constrangimento físico legítimo” (FREUND, 1987, p, 159). Por conseguinte, o Estado é uma manifestação da política, com a presença de um aparato administrativo com função de proteger os serviços públicos e por outro lado é monopólio legítimo do uso da força armada. Desta forma, o Estado detém o poder de imposição, que Weber chama de dominação de um grupo sobre outro, baseada

no uso da violência que garante a existência do Estado no consenso da legitimidade assegurada pelas leis, permitindo intervir em domínios diversos como, educação, economia, entre outros.

Diante das concepções apresentadas sobre a composição do Estado e da sociedade civil como elos interligados, na proposta de Gramsci, se faz necessário compreender a importância do “intelectual orgânico” para a formação da realidade brasileira. Segundo o pensamento Gramsciano (2002), a formação das camadas de intelectuais, não ocorre em espaço democrático, mas a partir de processos históricos reais. Desse modo, Gramsci aponta:

[...] Não só aquelas camadas comumente compreendidas nesta denominação, [os letrados ou elites políticas], mas, em geral, todo o estrato social que exerce funções organizativas em sentido lato, seja no campo da produção, seja no da cultura e no político-administrativo [...]. (GRAMSCI, 2002, p.93).

Portanto, para Gramsci, “Todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então: mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais”. (GRAMSCI, 2010, p. 96). Posto isto, o intelectual é aquele indivíduo motivador, que necessariamente não está dotado de um saber acadêmico, mas que age coletivamente por seu lugar social e gera projetos de autonomia política e melhorias sociais para todos os envolvidos. Por isso, o intelectual é o homem comum, que luta diariamente e organiza os interesses da classe social a que pertence.

Baseado nas ideias de Gramsci, Semeraro (2006), apud Jordana, (2009, p.151), defende que: “os intelectuais orgânicos são aqueles que estão entrelaçados nas relações sociais pertencentes a uma classe”. Os intelectuais são uma criação das classes sociais fundamentais, ou seja, todo grupo social cria para si camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência própria, associado a seu próprio espaço de vivência social.

Neste contexto, podemos perceber a importância das organizações coletivas, para formação política do “intelectual orgânico”, em defesa da classe a qual pertence. Assim, é contundente pensar a relevância das organizações a nível micro na historiografia, evidenciando a relevância das associações comunitárias, tendo como foco principal a luta por melhorias através das ações populares.

### 1.3 O papel das associações na sociedade civil

Para Souza (2007) a associação: “é uma entidade criada e dirigida por moradores de uma mesma localidade que, de forma livre e consciente, decidem enfrentar os problemas ali existentes conjunta e organizadamente.” (SOUZA, 2007, p. 217). No processo histórico das lutas sociais brasileiras, as associações comunitárias vêm colaborando com um debate político e social, tanto no que se refere às questões nacionais, quanto às de comunidades e bairros vividas cotidianamente pelos sujeitos destas localidades.

Compartilhando do posicionamento de Souza, Helena Vilaça (1994), aborda o valor das associações de moradores, quanto a seu forte poder reivindicatório frente às cobranças necessárias à comunidade, objetivando avanços. Tais reivindicações se caracterizam pela tomada de consciência dos direitos sociais, muitas vezes negados as camadas mais pobres. Nesse campo, Souza (2000) afirma a importância do ato de participar para o andamento positivo das organizações comunitárias.

[...] A participação é uma linguagem comum nas diversas camadas populares em que pese existirem interesses e preocupações contraditórias e antagônicas entre aqueles que fazem as classes fundamentais da sociedade. [...] A participação é processo social que existe independente da interferência provocada por um ou outro agente externo. (Souza, 2000, p. 81).

A participação é um processo de que se dá por meio das vivências do círculo social que cada um vivencia e compartilha, em prol de uma sociedade mais igualitária. Em vista disso, os locais de encontros coletivos têm muitos significados para os envolvidos, pois propaga a importância das organizações populares, fundamental para o progresso das associações comunitárias.

Na visão de Amartya Sen (1999), o desenvolvimento é peça chave para a conquista da liberdade atrelada às ações coletivas dos indivíduos. “Pessoas sem liberdade política ou direitos cívicos estão privadas de liberdades importantes para a construção das suas vidas”. (Sen, 1999, p. 7). Desse modo, a liberdade de luta é importante, quando inclui ações e decisões pensadas no bem estar do ser humano de forma geral.

Para o autor, a liberdade está associada aos diferentes tipos de direitos e oportunidades que, contribuem para o desenvolvimento das pessoas terem o direito de escolha, sem que para isso sejam reprimidas nos ganhos sociais, ou seja, desenvolvimento e liberdade são dois lados da mesma moeda para a melhoria de

vida dos indivíduos e expansão das suas capacidades. A participação é uma ação necessária para estimular a criação de políticas e propostas socioeconômicas para os segmentos populares.

Acerca dessa temática, os autores José Arlindo Soares e Salvador Soler Lostão (1992) no livro *Poder Local e Participação Popular*, ressaltam a atuação dos moradores em movimentos sociais de Recife, através do *Projeto Prefeitura nos Bairros*. O trabalho destes sujeitos alcançavam reivindicações além das quais, estavam pautadas na elaboração e concretização de projetos, visando entre outras coisas, a garantia de direitos. Na estrutura social democrática o ato de participar é um elemento que equaciona o envolvimento do cidadão na busca de conquistas e o Estado, mesmo que para isso haja uma relação conflituosa entre o poder administrativo e as camadas populares.

[...] A participação num organismo oficial não encontra sentido numa compreensão onde o Estado é o inimigo. Porém, se o Estado, apesar de sua relativa autonomia burocrática e autoritária imposta pela história, é resultado de um confronto de forças sociais, participar significa ganhar espaço político, uma forma de obter ganhos reais e concretos. (LOSTÃO, 1992, p. 77).

Segundo Lostão (1992), a participação popular é uma maneira de incorporar planos de desenvolvimento e de ação governamental em nível local. Com isso, os órgãos públicos foram oferecendo abertura, mediante pressão popular, para diálogo com os movimentos sociais, estes, exigindo cada vez mais compromisso político para com os cidadãos que almejam uma administração pública capaz de contemplar todos os segmentos sem distinção de classe.

No Brasil, o tema participação popular já é incluído em programas de governo desde abertura democrática em (1978-79), por pressões dos partidos políticos e da população como um todo. Desse modo, o ato de reivindicar e participar estão interligados, uma vez que a sociedade civil organizada tem mais força frente ao Estado, fazendo com que este, crie condições para formulação e execução de programas de cunho social, mais abrangente para todos os indivíduos que estão participando de forma desigual das riquezas nacionais.

Nesse conjuntura da participação para a conquista do desenvolvimento, a ACC se faz presente, lutando a seu modo por avanços da estrutura social. Em

entrevista, realizada em 23 de agosto de 2014, a senhora Ivania Oliveira<sup>2</sup>, quando questionada por que só o presidente da entidade levaria as reivindicações aos órgãos públicos, diz:

O presidente era o mais conhecido na época, tinha mais disponibilidade [...] tem no estatuto que o presidente tome conta de todas as reivindicações, pois ele era quem tinha mais tempo para reivindicar e solicitar aos órgãos públicos. Mas, se formasse um grupo de cinco a seis pessoas com certeza teria mais força para reivindicar [...].(OLIVEIRA, 23 de agosto de 2014).

Estamos falando de uma organização coletiva, fundada para reclamar os descasos sociais, e ainda assim, o presidente é único membro cogitado a ir aos órgãos públicos solicitar garantias, as quais, uma vez conquistadas serviriam a todos os integrantes. Embora a população Cantagalense tenha avançado em ganhos importantes para suas necessidades cotidianas de moradores do meio rural, é inquietante esse modo de participar narrado pela entrevistada. Se a instituição tem como objetivo maior a união, como pode só um se apresentar para requerer direitos? A participação social é um termo amplo que deve envolver todos os cidadãos, para assim, usufruírem de benefícios que ainda não tiveram acesso, pois esses segmentos sempre se fizeram presentes na sociedade, porém participando de forma desigual das riquezas nacionais.

Nesse cenário, Hobsbawm (2000) em sua obra *Mundos do Trabalho*, enfatiza que: “O caminho para o futuro, qual quer que ele pudesse ser, passava pela *organização*: através de associações, ligas, sindicatos e partidos, quanto mais abrangente melhor”. (HOBBSAWM, 2000, p, 400). Desse modo, a coletividade é um meio de força indispensável, para as massas conquistarem e manterem direitos, que devem ser comuns a todos. Segundo o autor, os pobres não encontram meios eficazes de expressar suas insatisfações, devido a ordem social firme, que tende a torna-los passivos através de sua fraqueza política. A sociedade na qual habitamos e vivenciamos experiências individuais e coletivas, nos educa a pensar passivamente. Não obstante, é por meio de “outros” espaços formativos como “sindicatos e associações” que o cidadão aprendeu a contrariar essa ordem do “ser passivo”, e começa atuar de maneira politizada para presentes e futuros embates, com setores dominantes da sociedade no geral.

---

<sup>2</sup> É professora da rede municipal da cidade, leciona da Escola Pedro Damaceno desde 1988 e sócia ativa da ACC.

Em entrevista, o senhor Renato Silva<sup>3</sup> destaca que “o povo pobre, é o povo que vive da roça, que não tem recurso nenhum para sobreviver”. (SILVA, Entrevista concedida em 24 de agosto 2014). Devido às tensões existentes nas sociedades capitalistas, que no bojo das modificações colocadas pela Nova Ordem Mundial, solicita que o Estado reveja o modelo de desenvolvimento pensado para população. Modelo esse, que incentivou as lutas de classes por conta das desigualdades e o povo pobre, especificamente os trabalhadores rurais, que vendem o dia de trabalho na lida da roça, veem no conjunto das associações um caminho para provocar a ordem vigente, rebelando-se contra o sistema que os oprime. Sobre a atuação dos pobres nas lutas sociais, Hobsbawm (2000) assevera:

O que os pobres podem fazer é provocar perturbações, e *confiar nas ressonâncias políticas destas perturbações*, que poderão ser consideráveis nas épocas em que o sistema político e social esteja desequilibrado, que são exatamente as épocas em que os pobres podem ser estimulados a provocar perturbações. (HOBSEAWM, 2000, p. 409)

Para isto, é preciso construir movimentos politizados e eficazes na mobilização coletiva entre os militantes e as massas, produzindo ações de esforços e compromissos políticos e sociais para mobilizar os setores oprimidos da sociedade. Assim, conclui Hobsbawm: “Os pobres”, ou na verdade qualquer grupo subalterno tornam-se sujeitos e não objetos da história somente através de coletividades formalizadas, não importa sob que tipo de estrutura”. (HOBSEAWM, 2000, p. 412). Para o autor, por meio das organizações populares, os sujeitos comuns são postos a lutarem para dar voz aos seus anseios e buscar por melhores condições de vida sempre que necessário, sendo a organização o fio condutor de maior poder nas camadas populares.

Antônio Gramsci (2002), em seus estudos sobre os grupos subalternos no *Caderno do Cárcere 25*, adverte que: “os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem”. (Gramsci, 2002, p.135). Dentro da hipótese de vitória de tais grupos em suas ações, eles continuam atuando sempre em estado de defesa, no alerta para possíveis mudanças na esfera social, ou seja, mesmo conquistando direitos é preciso lutar para que estes, permaneçam como bem comum a todos.

---

<sup>3</sup> Renato Damaceno Silva, é morador do Povoado de Canta Galo, foi o primeiro Presidente da ACC e um dos fundadores.

Na busca por direitos que devem contemplar todos os cidadãos, na obra *Carnavais, Malandros e Heróis*, Roberto Damatta discute no tópico, “*Sabe com quem está falando?*” as regras para demarcar o lugar social e o poder das pessoas que utilizam determinada expressão, sendo esta, fruto de uma sociedade hierarquizada, na qual cada sujeito tem seu lugar demarcado. Nesse sistema de dominação e poder, existe o dominador e o dominado e o conflito deve ser reprimido. Vivemos a ideia de um país cordial, logo, tal postura não deve ser abalada por conflitos. Contudo, na lógica desse sistema as pessoas são classificadas com diferenças: pobres e ricos, fracos e fortes. Segundo Damatta, a expressão “sabe com quem está falando?” é usada para diferenciar as identidades sociais, permitindo diferenciações que hierarquizam as pessoas em posições distintas.

No Brasil, é preciso traduzir e legitimar o poderio econômico no idioma hierarquizante do sistema. E esse idioma revela as linhas das classificações fundadas na pessoa, na intelectualidade e na consideração por uma rede de relações pessoais. (DAMATTA, 1997, P.203).

Este é um sistema que classifica as pessoas em superiores e inferiores, ou seja, não basta somente ser bem sucedido economicamente, é preciso legitimar o poder, através das relações pessoais, permeadas de privilégios para algumas frações de classe, e perpetuada de desigualdades para uma grande maioria, incentivando nessa estrutura, mobilizações em prol de uma sociedade mais justa para as diversas frações de classes. Frente a esse cenário de grandes desigualdades por conta da distribuição desigual entre ricos e pobres, os sujeitos da sociedade civil organizada, estão laborando para um desenvolvimento comunitário mais significativo em suas relações cotidianas.

## **CAPÍTULO II - ARRANJOS POLÍTICOS E PRÁTICAS CLIENTELISTAS DENTRO DA ACC.**

Neste capítulo trabalharemos o conceito de coronelismo, para compreender as tensões políticas brasileiras, e como estas ocorriam dentro do contexto da ACC no território Coiteense. O coronelismo é um sistema característico do período republicano, embora muitos de seus atributos fossem da época colonial e imperial. Um breve paralelo nos ajudará entender a situação.

Na obra *Coronelismo Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*, Victor Nunes Leal, detalha as principais características do coronelismo no sistema político brasileiro, como base de sustentação durante a Primeira República. Leal afirma: [...] “O coronelismo” é, sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. (LEAL, 2012, P.44). Esse sistema configurava-se como um artifício de “trocas” entre o poder público fortalecido e os chefes locais, geralmente donos de latifúndios que detinham domínios políticos e econômicos, fazendo dos eleitores massa de manobra no sistema coronelista.

A relação de dependência entre o Município e o Estado, contribuiu para a análise de Leal, partindo da noção de que o coronelismo se perpetua vivo no ceio da sociedade, operando sobre a fraqueza administrativa dos municípios brasileiros, uma vez que, este chefe era o intermediário entre a localidade esquecida e o Estado ausente das gestões públicas. Desse modo, Leal coloca: “o resultado é a subsistência do “coronelismo”, que se adapta aqui e ali, para sobreviver, abandonando os anéis para conservar os dedos”. (LEAL, 2012, p.237). Segundo o autor, o coronelismo foi se modernizado de acordo com suas necessidades “governistas”, sobrevivendo com novos modelos de arranjos políticos e se atualizado na reprodução do poder para obtenção de privilégios.

Na discussão da estrutura coronelista no Brasil, durante a Primeira República, Maria Isaura Pereira de Queiroz destaca em, *O coronelismo numa interpretação sociológica*, que o poder político dos coronéis era medido pela quantidade de votos que tinha o chefe local, sendo uma estrutura hierarquizada: coronéis, cabos eleitorais, e nos pilares do sistema de votação, os eleitores. Para Queiroz (2006), a diversidade dos tipos de coronéis é o aspecto ativo da estrutura política na Primeira República, variando de região para região.

Existiram, então, no Brasil coronéis de vários graus, desde o pequeno coronel não dominando senão uns 200 eleitores, até o grande coronel, o mandão nacional com outros níveis de coronéis abaixo dele. [...] A multiplicidade dos coronéis é, assim, o aspecto essencial, a originalidade da estrutura política do Brasil [...] traço que se prende diretamente a estrutura socioeconômica tradicional do país [...]. (Queiroz, 2006, p. 176 e 177).

Nesse âmbito, Queiroz, ainda aborda o poder de barganhas que os chefes locais tinham pelo voto dos eleitores. Em período de eleições, chefes políticos e cabos eleitorais saíam em caravanas com presentes para os votantes; botinas para homens e chitas para as mulheres. Dessarte, Queiroz define: “saboroso folclore eleitoral até agora pouco conhecido e pouco levado em consideração, mas que tem um significado patente, pois revela uma verdadeira “compra” de votos”. (Queiroz, 2006, p. 178). Esse modelo apresentado era fundamental para fidelizar o eleitor, na construção de laços de lealdade entre representantes e representados. Nesse cenário, existia o transporte para levar o cidadão até a urna de votação e pagamento de passagens para aqueles que moravam em outras cidades, numa relação de troca em que a vontade do “homem bom” prevalecia sob a “inocência” (ou não) do eleitor rural.

Por outro lado, nem sempre a compra de votos acontecia pela barganha, uma vez que a sociedade da época estava inserida numa estrutura social dividida, entre dominantes e dominados, fazendo valer a violência e a crueldade, armas utilizadas pelos coronéis para captarem votos. A eleição não era o momento de escolha do mais capacitado para o exercício do poder público, e sim um momento de barganha, ou seja, a política pensada em benefício próprio. O voto sempre à espera de algo em benefício particular e o coletivo era esquecido nesse sistema, que ao longo do tempo vai encontrando novas formas de sobrevivência.

José Murilo de Carvalho (1997) destaca em *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual* que o coronelismo é um sistema, formado por uma complexa rede de relações que vai desde coronel até o Presidente da República, ou seja, é uma ligação estabelecida entre os proprietários rurais e o governo, na intenção de fortalecer o poder do Estado, baseado em barganhas entre o coronel, o governo e os eleitores. Para Carvalho (1997), a política clientelista perpassa por toda a história brasileira, podendo mudar de sócios, aumentado ou diminuído no decorrer da história:

As relações clientelísticas, nesse caso, dispensam a presença do coronel, pois ela se dá entre o governo, ou políticos, e setores pobres da população. Deputados trocam votos por empregos e serviços públicos que conseguem

graças à sua capacidade de influir sobre o Poder Executivo. [...] o clientelismo se ampliou com o fim do coronelismo e que ele aumenta com o decréscimo do mandonismo. (CARVALHO, 1997, p.3).

Nesse procedimento, os aliados à “situação” tinham privilégios com o sistema de trocas, e como pagamento o compromisso do voto. Já aos adversários, restavam-lhes a perseguição e a negação de direitos na esfera social. Dentro desse contexto, o mandonismo, outro conceito que faz parte da política tradicional brasileira, se apresenta não como um sistema, mas como uma característica. O mandão, chefe local de estruturas oligárquicas e de poder, exerce sobre a população o domínio pessoal e arbitrário, impedindo os sujeitos de serem livres para tomar suas próprias decisões na sociedade.

Ainda sobre o fenômeno do coronelismo, Chacon (2007), que compartilha da visão de Leal (2012), aqui já discutida, defende que a urbanização não significou o fim dos coronéis. Para a autora, os velhos coronéis rurais se adaptaram aos novos tempos, criando outras formas de dominação pelo processo de modernização que levaria a novos coronéis urbanos.

E o velho coronel é substituído aos poucos por funcionários públicos, tecnocratas que passam a deter certo poder, que se baseia em um suposto saber que decide onde é empregado o recurso para o desenvolvimento. E o novo coronel é um administrador de conflitos gerados a partir dessa nova configuração de forças, que limita seu poder e exige um esforço político e intelectual muito maior para manter o poder. (CHACON, 2007, p, 95).

Nesse panorama, o coronelismo é um esquema governista, que continua vivo com novas roupagens, sob o autoritarismo e o abuso do poder. Muda-se o sistema, mas as práticas foram ressignificadas, com continuação de prestações de favores, principalmente nas cidades do interior, nas quais as políticas públicas não chegam como direitos oferecidos pelo Estado, mas como favores ofertados pelo governante, reforçando sua imagem de sujeito bom, que consegue benefícios no intuito de que o povo preserve o sentimento de gratidão. Determinadas práticas acontecem por conta das péssimas condições de vida da maioria da população e pela falta de conhecimento dos seus direitos como cidadão. Pinheiro (1999), conclui: “A política nunca será um espaço vazio. Aqui está ocupado, como força hegemônica, pelo que há de mais atrasado no estado: o chefe político do interior”. (PINHEIRO, 1999, p. 69). De modo igual, a figura do coronel começa e termina na sua região, na qual sua afinidade com o poder estadual termina na influência do lugar que este

estabelece com seus eleitores através da concessão de favores feitos a amigos e parentes sempre pagos mediante o reconhecimento da ação recebida.

### **2.1 O jogo da política Coiteense (1972-2000).**

A trajetória política brasileira nos finais dos anos de 1979 e início da década de 1980 foram marcados pelo processo de redemocratização, em virtude do fim do regime militar (1964-1985), como também de intensos movimentos e lutas em torno da redução das desigualdades que assolavam o país. Os militares introduziram no país uma política de caráter autoritário, que dentre as diversas imposições, dissolveu todos os partidos políticos criados após o Estado Novo, para dar lugar apenas dois: a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) de apoio ao regime e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) de oposição ao regime.

Como já mencionado, no final da década de 1970, a política brasileira girava em torno de sua abertura, para construção de uma nação mais plural nas variadas esferas. Com João Baptista Figueiredo no poder, inicia-se o processo de mudanças do sistema bipartidário (ARENA e MDB) para o pluripartidarismo, marcando a transição do regime autoritário para um princípio democrático. A ARENA reagrupou-se no Partido Democrático Social (PDS), preservando as forças do governo, do MDB formou-se o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Nessa seara de mudanças, emergiram outros partidos de oposição como, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) criado em 1945, fruto do movimento sindical e do trabalhismo de Vargas, sendo concedente da legenda, Ivete Vargas, sobrinha-neta de Getúlio, Partido Democrático Brasileiro (PDT), fundado por Leonel Brizola, Partido dos Trabalhadores (PT) liderado por Luís Inácio Lula da Silva e o Partido Popular (PP) liderado por Magalhães Pinto e o veterano político Tancredo Neves. Nesse período, o PDS, estava dividido entre duas forças, uma apoiando Paulo Salim Maluf, que vinha ganhado terreno para disputa como Presidente pela legenda; a outra fazia oposição ao nome do político paulista, gerando elementos para a futura divisão do partido, que acabou sendo efetivada com a formação do Partido da Frente Liberal (PFL), que se juntou com o PMDB para criar a Aliança Democrática, com Tancredo Neves e José Sarney para as eleições de 1985.

Diante do cenário nacional, a política em Conceição do Coité durante o Golpe de 1964, continuou no comando do grupo de “seu Mota”, com grandes conquistas: instalação de energia elétrica, construção do mercado municipal, entre outras.

Segundo Márcio Carneiro de Lima (2010) em sua monografia, *A atuação política da Associação do Desenvolvimento Comunitário de Aroeira (ADECAR) entre 1987 e 2008: o desenvolvimento comunitário nos trilhos do clientelismo e do partidarismo*:

A expressão “Coité de seu Mota” ratifica uma mentalidade que vincula o município aos mandos e desmandos de um administrador, de um chefe e seus correligionários, uma vez que “o poder político de Mota era tanto que bastava indicar qualquer candidato postulante ao cargo de vereador, ou a prefeito, independente do partido, ou do índice de rejeição, para que a pessoa fosse eleita”. (LIMA, 2010, p, 29).

Na década de 1970 inicia-se uma nova era política coiteense, com a ascensão de Hamilton Rios de Araújo, popularmente conhecido como “Mitinho”, grande comerciante do ramo do sisal, ao poder municipal pela legenda da ARENA 2. “No município de Coité, tanto a situação como a oposição abraçaram a facção dos militares, definindo-se como Arena 1 a coligação do situacionismo e Arena 2 o grupo da oposição”. (Lima, 2010, p. 33). Mitinho sempre votou no grupo de seu Mota, mais achava que seus adeptos estavam dominando demais, ocorrendo, portanto, uma dissidência entre o grupo. Então, Mitinho lança-se candidato da oposição. No livro *Conceição do Coité a Capital do sisal*, Vanilson Lopes de Oliveira (2010) afirma que:

Para garantir seus objetivos ele montou um carro pipa aproveitando o flagelo da seca de 70, saiu distribuindo água nas roças e povoados e pregando que o prefeito e seus aliados não davam assistência ao povo. Durante dois anos fez isso e muito mais: doou cestas básicas, materiais de construção (cimento, tijolos, blocos, telhas...), passagem de ônibus e outros benefícios, a ponto das pessoas o apelidarem de “pai da pobreza”( OLIVEIRA, 2010, p, 107).

Essa campanha teve no assistencialismo uma de suas características fundamentais, devido a forte relação existente entre o chefe político e sua clientela na troca de favores (toma lá dá cá) <sup>4</sup>, sobrevivendo pelos serviços distribuídos à população carente, uma vez que, com o poder em mãos e ações caracterizadas de “grande amor” pelos mais necessitados, Hamilton Rios conquistou e manteve poder pelo domínio econômico, onde o povo teria grande fidelidade a quem lhes socorreu em tempos difíceis. Desse modo, Lima (2010) conclui:

A expressão “pai da pobreza” atribuída a Hamilton Rios alude fielmente a este paternalismo coronelista. Um exímio coronel que busca aproximar-se dos seus subordinados, a fim de eliminar os traços divisórios e contrastantes entre os dois. Sua postura objetiva demonstrar identificação com o eleitor, como alguém que conhece suas dificuldades cotidianas e que, inclusive, encara o pobre como um filho a ser cuidado. (LIMA, 2010, p, 32).

---

<sup>4</sup>Expressão utilizada por Vanilson de Oliveira no livro: *Conceição do Coité a Capital do Sisal*: Editora Clip, 2003.

O período compreendido entre 1972-1988 é caracterizado pela permanência de Hamilton Rios no poder, início de vastas sucessões, exceto, em (1977-1982), momento que a cidade foi administrada por Walter Ramos Guimarães, também comerciante do ramo de sisal. Nesse ínterim, o setor urbano de Conceição do Coité foi mais beneficiado pelas ações administrativas do poder local.

[...] Seu governo destacou-se [...] pela pavimentação de ruas em Coité e em povoados, a construção do Hospital Nossa Senhora da Conceição (hoje Almir Passos) na Sede e postos médicos em alguns povoados, a implantação de uma torre repetidora de TV e a construção do Centro de Abastecimento em Coité. (Lima, 2010, p.36).

No panorama apresentado, fica evidente que o espaço rural ficou desprovido de ações que apontassem progressos mais visíveis nos aspectos básicos de vida das vivências dos moradores, sendo o urbano o lócus de maiores avanços em termos de infraestrutura.

Na monografia de graduação *O Prefeito do Coração: A Ascensão de Diovando Carneiro no contexto político tradicional de Conceição do Coité entre 1992 e 1996*, Samara Suélen Lima da Silva (2009), sinaliza que na nova conjuntura política brasileira, as eleições de 1988 ocorreram numa situação diferenciada da de 1982, devido à promulgação da nova Constituição brasileira, na qual os partidos políticos criados após o fim do bipartidarismo concorreram às eleições, excepcionalmente, municipais. As disputas eleitorais nesse período tinham um novo caráter, a exemplo do voto mais polarizado, novo sindicalismo, crescimento de grupos não partidários organizados como as CEB's e por último e não menos relevante, o povo brasileiro exigia nova liderança política, com a redemocratização que estava surgindo no Brasil, mas que ainda, enfrentava grandes obstáculos por conta das sombras do período militar. No que tange à política coiteense, que não está tão distante do fazer político Nacional, Silva (2009) discorre:

Em Conceição do Coité, ocorrera a primeira disputa eleitoral com três candidatos a prefeito. A novidade foi a candidatura de Arivaldo Mota e Meyre Sandra do Partido dos Trabalhadores (PT), que visava construir uma identidade política em meio a um período histórico marcado pelas disputas tradicionais. [...] Doutor Iêdo (PMDB), um médico que havia conquistado espaço político em decorrência da popularidade, mas após a sua morte quem assume a candidatura é a viúva Tânia Cirino, juntamente com Gilberto Gonçalves. Mitinho lança então o seu sobrinho Ewerton Rios de Araújo Filho [...] que compusera uma chapa com Diovando Carneiro, e esses juntos conseguiram mais uma vitória para os "vermelhos" com três mil setecentos e sessenta votos de frente, e por meio dela conduziram os destinos de Conceição do Coité até 1992. (SILVA, 2009, p.21 e 22).

A política em Conceição do Coité cresceu ao longo da história, sob os passos do tradicionalismo, em que famílias bem sucedidas economicamente detinham o poder e usavam deste, para se perpetuarem e transitar em cargos públicos. Segundo Silva (2009), Hamilton Rios, construiu uma capa sólida, entre seus adeptos e até mesmo adversários. Para isso, manteve um regime paternalista e assistencialista, na qual direitos públicos eram vistos pelos eleitores como atos de benevolência, a serem retribuídos com o voto. Esse quadro começa a mudar, a partir das eleições de 1988. O Partido dos Trabalhadores (PT) compôs uma chapa para concorrer ao pleito municipal, ainda que não tivesse muita expressividade, este, alterava o cenário da eleição na cidade, que até então, só tinha dois grupos nas disputas, “vermelhos” e “azuis”. Os “vermelhos”, era a denominação dada ao grupo liderado por Mitinho, situacionismo da época, e os azuis era designação dada a agremiação política liberada por Misael Ferreira de Oliveira, ambos, serviam os meandros políticos dos militares. Nessa conjuntura, o PT ainda era pouco conhecido, mas já buscava novas lideranças para a cidade, onde a mesma pudesse buscar caminhos promissores para a zona urbana e rural, esta, que historicamente foi negligenciada de ações sociáveis de infraestrutura pela administração pública.

Nesse contexto as eleições de 1992, na referida cidade foram marcadas pelo rompimento entre Diovando Carneiro Cunha, conhecido como Vando (vice de Vertinho nas eleições de 1988) e os “vermelhos”. Assim, Vando passa para o movimento dos azuis, formando uma chapa com Misael Ferreira. Desse modo, Oliveira (2010) assevera: “Era a campanha do tostão contra um milhão, já que Vando era pobre e, Mitinho, rico, contando com a ajuda da Prefeitura e do Estado” (OLIVEIRA, 2010, p, 113). Vando trabalhou e venceu as eleições. Os “vermelhos” tiveram a primeira derrota em vinte anos de poder. Já nas eleições de 1996, o grupo dos “vermelhos” volta ao poder. Vertinho derrota Misael Ferreira, com mais de quatro mil votos de vantagem.

Os percursos políticos aqui apresentados são fundamentais para apreendermos o contexto em que nasceu a ação organizativa da ACC, sendo de suma importância para o sucesso e autonomia dos movimentos sociais, constituindo meios eficazes para o desenvolvimento popular. Desse modo, é relevante conhecer a trajetória de governistas do município, para uma reflexão mais apurada sobre a criação de associações no meio rural.

## 2.2 A política urbana e os laços clientelistas na ACC

De acordo com os estudos de Oliveira (2010), a política municipal nos anos que segue este trabalho (1988-2000), concentrava muitos investimentos na zona urbana e em alguns distritos, ficando povoados pequenos, especificamente, Canta Galo, esquecido dos olhares da gestão municipal. Em entrevista de 17 de março de 2015, Antônio Aguinaldo Araújo<sup>5</sup> afirma os motivos que levaram a criação da ACC:

A associação comunitária de Canta Galo foi criada para apoiar e fomentar as atividades agropecuárias no âmbito da região de Canta Galo, buscando despertar o associativismo, tendo como foco a promoção do desenvolvimento da comunidade. A administração do município encontrava-se restrita, com raros investimentos na zona rural. (ARAÚJO, entrevista concedida em 15 de mar 2015)

Frente a isso, a reflexão desenvolvida ao longo deste trabalho intenciona analisar a dimensão reivindicatória da ACC, para com seus sócios e segmentos políticos locais. É contundente colocar que, a entidade se mostrou frutífera no que tange a conquista de direitos básicos para o produtor rural, embora, esta, ainda precise construir caminhos mais sólidos para demandar projetos e ações sem a intervenção da conjuntura partidária. Assim, neste tópico serão abordadas as práticas clientelistas no ceio da ACC.

De acordo com os estudos de Casalecchi (2002), a política clientelista é apoiada pelo Estado centralizado e ágil na administração para distribuir favores a políticos da clientela. Com isso procurava-se uma troca de vantagens entre esses políticos, indivíduos ou grupos sociais que lhes retribuía com apoio eleitoral (voto) os ganhos adquiridos. Determinada ação não contribuiu para um sistema democrático, em que os cidadãos tenham o direito de escolha em suas decisões individuais e coletivas. Desse modo, torna-se necessário abordar os caminhos percorridos pelos membros da entidade, especificamente, o presidente Clício dos Santos Oliveira<sup>6</sup>, para a construção do assistencialismo entre a política municipal e os integrantes da organização. Assim, o Livro Ata nº 1 apresenta:

<sup>5</sup> Antônio Aguinaldo Araújo no momento da fundação da ACC década de 1980, era técnico da Ematerba, atualmente, conhecida como EBDA (Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola). Determinado projeto é destinado as políticas de apoio aos trabalhadores rurais, como também caminhos para o Estado demandar papéis para a sociedade civil, através das associações comunitárias.

<sup>6</sup> É morador do Povoado de Canta Galo e fazia parte do grupo político conhecido com os “vermelhos”. Ele é membro da ACC, desde fundação em 1988. Foi eleito presidente da ACC em 1990, tornando-se uma pessoa querida para muitos da comunidade. Durante sua atuação como presidente, eram constantes as visitas de representantes do FUMAC e políticos do lado da sua escolha política. Nos anos que foi presidente construiu juntamente com os sócios o projeto do Centro Comunitário para os encontros mensais e para as atividades sociais da comunidade. Como presidente, ainda foi desenvolvida a obra da barragem financiada pela CAR.

Em junho de 1998, o presidente explicou que participou da reunião nos dias 20 e 30, e foi criada uma comissão de vinte pessoas para representar as associações do nosso município, esta comissão designada FUMAC encaminha os projetos de todas as associações do município [...]. (Ata nº 1, 1998, p, 85).

Segundo os estudos de Lima (2010), o FUMAC (Conselho Municipal do Fundo Municipal de Apoio às Comunidades) é um órgão municipal que faz parte da linha de atuação do Programa Produzir, proposta executada pelo governo estadual, desde a década de 1990, com ações dedicadas ao combate à pobreza rural. Nessa direção, o FUMAC tinha como função atuar na análise e financiamentos de projetos comunitários. De acordo com o autor, (em informações contidas em atas e regimento interno do órgão), o FUMAC, nasceu em 1998, composto por lideranças municipais, representantes de associações comunitárias, sindicato dos trabalhadores rurais entre outras entidades. “Na criação do Conselho Municipal, o prefeito Éwerton Rios D’Araújo Filho [...] foi escolhido (certamente pelo critério de fidelidade política entre os participantes) como presidente do Conselho”. (LIMA, 2010, p, 52). A política coiteense, nesse campo, sempre esteve embasada no clientelismo, forma utilizada para obter controle sobre os acontecimentos das associações comunitárias. Em entrevista, Agnaldo Araújo destacou como o FUMAC vinha desenvolvendo suas ações na cidade:

O Fundo Municipal de Apoio Comunitário era um colegiado de representantes diversos, que analisava as demandas vindas das associações e julgava-as aprovando os projetos ou não a elas destinados. Normalmente, a maioria dos membros deste fundo tinha uma relação “estreita” com a política dominante local e as decisões do colegiado sempre atendiam às demandas das associações. Os investimentos eram pontuais. (Araújo, entrevista realizada em 17 de março 2015).

A partir desse depoimento, é notório que o órgão mantinha uma relação mais “calorosa” com os presidentes de associações pertencentes ao grupo administrativo do momento. O presidente da entidade no referido período, Clício dos Santos Oliveira, tinha uma relação bem amistosa com os setores administrativos do município e com grande parte dos sócios, fator que tornava a aproximação dos envolvidos mais cordial.

De acordo com o Livro Ata, o presidente anunciou que o Prefeito (Éwerton Rios D’Araújo Filho), Vertinho, liberou a verba para construção do Centro Comunitário, ficando os sócios responsáveis pela mão de obra às segundas-feiras e aos sábados, pois eram os dias, em que as pessoas não trabalhavam, vendendo o

dia nas roças. A verba incluía a doação de telha e madeira por parte do prefeito, com o custo de R\$ 1.321,35 (mil trezentos e vinte um reais e trinta e cinco centavos) e outros materiais comprados pela entidade, estimados em R\$ 302,15 (trezentos e dois reais e quinze centavos). Desse modo, é cabível colocar o ritual da “política móvel”, proposta por Barreira (1998), em que o candidato vai até o povo, por meio das situações de deslocamento com ritos que unem representantes e representados. No caso supracitado, o representante não se deslocou fisicamente até seus representados, e sim através de ações benéficas para a comunidade. Para além da caça do voto nesse sistema, existia a dinamização das trocas, afirmando o caráter clientelista da gestão pública construída, nesse cenário, a partir dos pequenos espaços de poder (associações).

A partir de agosto de 1999, as reuniões da ACC foram marcadas pela presença de grupos políticos da situação e oposição. Fator de grande importância para o crescimento social da mesma, uma vez que, nas relações cotidianas os sujeitos estão entrelaçados pelas suas diversidades de “ser, pensar e agir”. Desse modo, a ACC conviveu com situações de projetos partidários opostos a todo o momento. Neste mesmo ano, em campanha para as eleições do ano 2000, segundo o livro ata, a ACC recebeu a visita do candidato a Prefeito Dr. Resedá, o vereador Beto de Gildo, Dr. Robson Cedraz e comunidades vizinhas. Na ocasião foram destacadas as palavras de Robson Cedraz, por frisar a área da saúde:

Deixando o vice-presidente, (Hidelbrando Damaceno Silva, pois apoiava o mesmo) e o tesoureiro (José Antônio Fernandes da Mota) encarregado de encaminhar pessoas doentes relacionados a ortopedia. (Ata, nº 2, p, 6).

Do ponto de vista político, essa prática é muito recorrente em organizações comunitárias, pois através dela, a conquista de eleitores tem mais eficácia, uma vez que os sujeitos que fazem parte dessas organizações partilham de um conjunto de dificuldades comuns causadas pela falta de serviços básicos, e se o poder público não age para garantir direitos como: saúde, educação, salários entre outros, abre, sim, largas brechas para a intervenção de políticos interessados sempre numa votação expressiva na localidade por “eles” atendidas. A fala da entrevistada Maria da Conceição de Oliveira Ramos<sup>7</sup> é oportuna para a afirmação dessa prática:

A política clientelista esta presente sim, no desenvolvimento da ACC. O político só vem na comunidade interessado no voto. Quando eles vem aqui

---

<sup>7</sup> É sócia ativa da ACC. Foi vice- presidenta na chapa de Clício, tesoureira na chapa de Hidelbrando e presidenta por 2 mandatos. (2011-2015). Atualmente é vice tesoureira.

fala que fiz isso, fez aquilo [...], entendeu, tudo através do voto. (Entrevista concedida em 08 de dez de 2015).

Para a conclusão dessa questão os estudos de Barreira (1998), são necessários. “A presença de políticos em períodos eleitorais tem objetivos explícitos de busca de apoio e reafirmação de antigos laços de fidelidade.” (Barreira, 1998, p, 162). Desse modo, estes, acabam conseguindo, pois, uma vez com a conquista de benefícios, as pessoas utilizam como forma de agradecimento o voto.

Em setembro desse mesmo ano o presidente do FUMAC, Davi Oliveira Silva, foi convidado por Clício Oliveira, para participar da reunião mensal. Assim, como outros que também já visitaram a entidade, Davi, argumentou sobre a importância das associações para a melhoria de vida nas comunidades rurais e da participação dos sócios nas reuniões para um crescimento mais expressivo das demandas apresentadas pelos sócios aos órgãos competentes. Desse modo, aproveitou para falar sobre seu papel no FUMAC representando a ACC, junto aos órgãos governamentais.

A associação é órgão basicamente político embora não deva ser partidário. Nesse sentido, precisa ter clareza quanto aos princípios políticos que devem orientar suas ações, a fim de poder confrontá-los e avaliá-los. (SOUZA, 2000, p. 218).

Determinada postura apresenta grande interesse político partidário em planos futuros, por parte do representante do FUMAC, pois a ACC como espaço que agrega muitas pessoas era vista também, como possibilidade de promoção partidária em nome das lutas sociais. Nesse mesmo período, o FUMAC e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais estavam presentes nos encontros mensais. No mesmo livro Edvaldo Evangelista, diretor do sindicato, falou sobre o significado de uma associação, seus direitos e deveres e importância de fazer parte da organização para receber os benefícios do INSS, como: aposentadoria e auxílio-natalidade. O representante do FUMAC, como sempre, parabenizou a ACC. Nesse momento, é percebido que as relações de poder estão entrelaçadas, pois, embora a ACC tivesse como presidente Clício Oliveira pertencente ao grupo dos “vermelhos”, os outros membros como vice presidente e tesoureiro traziam para os encontros mensais outras “vozes”, que não compartilhavam do posicionamento do representante do FUMAC, que na prática nada mais era, que a política dominante do município. Isso não significa que, os representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais não tivessem interesses com fins partidários, mas mostra que dentro de uma

associação era possível construir espaços de diálogos diversos, sem postular um único discurso como verdade.

Para Barreira (1998), as eleições para a Câmara de vereadores são marcadas pela diversidade do número de candidaturas e a política ergue-se como um mercado de opções e renovações. Diante disso:

O presidente fez a abertura da reunião apresentando um grande amigo de trabalho e candidato a vereador o senhor Davi Oliveira Silva<sup>8</sup>, membro do FUMAC, (mais uma vez), fez elogios aos sócios. (livro ata nº 2, p.13).

Assim, podemos perceber como Clício Oliveira na qualidade de líder comunitário e Davi Oliveira Silva (representante do FUMAC) ao longo do período apresentado, vinha preparando o terreno para o lançamento de sua candidatura. “De elogios aqui, elogios ali”, objetivou-se construir condições de porta-voz dos interesses da ACC. Segundo Barreira (1998):

As associações de moradores passam a construir um desses arsenais de candidaturas, viabilizados por “líderes comunitários”, líderes caracterizados pela busca de transparência de “interesses comunitários” para a esfera da representação. [...]. Discursos baseados na “experiência comunitária”, estruturados na vivência cotidiana dos moradores [...] e nas diferentes formas de inserção nos conflitos políticos, caracterizam candidaturas erguidas em nome dos “interesses dos moradores”. (Barreira, 1998, p, 159).

Nesse sentido, para a autora, esses candidatos entendem a política como estratégias de representação na defesa de uma causa e de uma vontade coletiva e acabam usando os movimentos sociais para construir seu âmbito como vereadores. O espaço de elaboração de ações políticas, em suas variadas dimensões deve ser entendido, a partir das trajetórias pessoais e coletivas dos grupos envolvidos. Portanto, a procura de espaços por candidatos como redutos eleitorais, deve induzir nos participantes de associações, críticas construtivas sobre os modos de elaborar trajetórias políticas, como carreira a ser seguida.

Para se fazer enquanto uma forte liderança comunitária, o presidente Clício Oliveira, mais uma vez, fez a abertura da reunião falando do “trabalho do FUMAC, que vem administrando muito bem os recursos da CAR e por isso o conselho foi reempossado”. (livro ata nº 2, p, 14). Nos estudos de Lima (2010), de acordo, com o regimento interno do órgão, *os membros teriam mandato de dois anos, podendo permanecer em período igual, se os órgãos e entidades envolvidas aprovassem.*

---

<sup>8</sup> Candidato pela legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), com número 14555 com total geral de 223 votos, ficando na situação de suplente. Informações contidas em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2000/resultado-da-eleicao-2000>. Acessado em: 13 de abril de 2016.

Entretanto, o presidente do FUMAC e alguns representantes comunitários desconsideraram a orientação do documento, permanecendo na direção por 10 anos ininterruptos. A partir desta constatação, é plausível colocar que a história do clientelismo tradicional ou moderno é permeada pelas trocas de serviços, ou laços de compromisso firmados entre as esferas do poder público (no caso tratado) com as lideranças comunitárias em “benefício da comunidade”.

### **CAPITULO III - O POVOADO DE CANTA GALO E A ACC**

Segundo depoimentos dos moradores mais antigos do povoado, o nome de Canta Galo foi originado da imagem de um “Galo de Ouro” que cantava na pedreira<sup>9</sup>. “Dois homens viu (sic.) um galo cantar, procuravam em todo canto para ver se encontrava, não encontrando colocou o nome da fazenda antes, hoje, Povoado de Canta Galo”. (D. Lurdes).

É nesse “contar de causo” que a história do Povoado começa a ser tecida. Local de pessoas humildes, que concentram sua renda mensal na agricultura de subsistência e criação de animais de pequeno porte, como galinhas e ovelhas na garantia do sustento familiar. Neste norte, vamos conhecer melhor a importância do Povoado com os trabalhos realizados em parceria com a ACC e moradores locais. A entidade tem o total de cem (100) sócios, destes, sessenta (60) são participantes ativos e quarenta (40) estão em atraso com as mensalidades e sem participar das reuniões mensais. O povoado possui um total 361 eleitores<sup>10</sup>. O total de habitantes não foi encontrado, pois segundo informações do IBGE, a localidade pertence a uma zona rural ampla que envolve outros povoados, (Amorosa, Morro, Tabuleiro) não sendo contabilizado separado dessas localidades. A entidade nasceu em 1988, período de grande efervescência dos movimentos sociais em prol de melhorias, incluindo as organizações populares como força preponderante no enfrentamento das problemáticas sociais. Nesse momento a entidade seria a “galinha dos ovos de ouro”, para a aquisição de bens mais duráveis, como cisternas, barragens, tanques, entre outros patrimônios adquiridos pela ACC em benefício dos sócios.

Nesse contexto, Oliveira (2010), marca Conceição do Coité como a Capital do Sisal, em virtude da grande comercialização da fibra devido a sua boa localização no território do sisal, semiárido baiano.

O município é considerado a “Capital do Sisal” pelo fato de funcionar como importante entreposto de comercialização do agave para outras regiões e, também por perceber a produção das outras cidades circunvizinhas, fazendo o seu beneficiamento e vendendo para as indústrias que fabricam cordas, mantas, capachos e outros produtos. (OLIVEIRA, 2010, p.52).

Dentro desse cenário, a ACC tem como primeiro Presidente (Renato Damaceno Silva) e Técnicos da EMATER-BA (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia) Antônio Aguinaldo de Araújo e Lenira Herculano Araújo. A

---

<sup>9</sup> Local com bastantes pedras nas estradas do Povoado, tido pelos mais velhos como caminho assombrado.

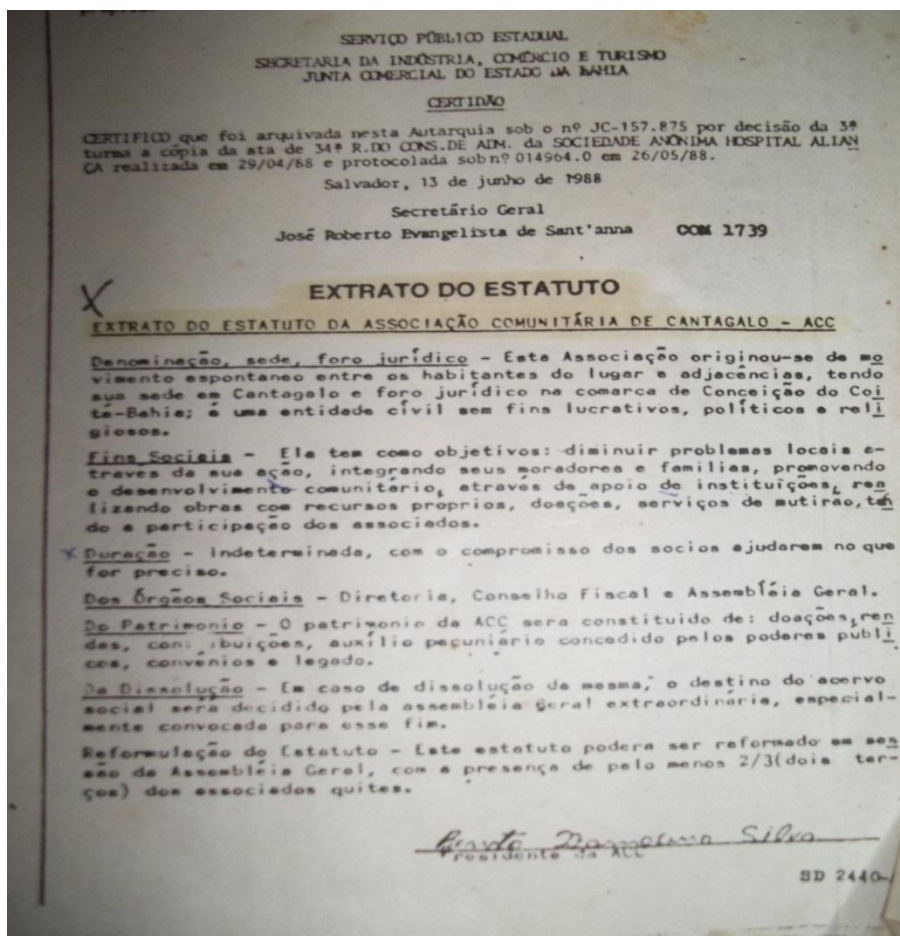
<sup>10</sup> Informações contidas em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2012/boletim-de-urna-na-web>. Acessado em: 14 de abril de 2016.

EMBATER-BA, já desenvolvia um trabalho na comunidade, com base no despertar para uma associação, mostrando que a organização popular era fundamental para o desenvolvimento da localidade e, conseqüentemente, para seus moradores.

Com relação às associações comunitárias, em sua obra *Associativismo e desenvolvimento: O Caso da Região Sisaleira da Bahia*, Edinusia Moreira Carneiro Santos (2010), trata da importância das instituições para a busca da promoção da democracia na sociedade. De acordo com a autora:

[...] As associações, além de servirem como base, em uma micro escala, para o desenvolvimento da democracia, estariam, também, aglutinando as pessoas e organizando-as no sentido de buscar uma sociedade com menos injustiça e pobreza. (SANTOS, 2010 p.34).

A participação na constituição de associações comunitárias, no Brasil e na região sisaleira, é um elemento motivador para uma sociedade mais democrática e justa. Nesse contexto, em agosto de 1988, é publicado no Diário Oficial da Bahia o *Extrato do Estatuto da Associação Comunitária de Canta Galo-ACC*, tendo, como fins sociais diminuir problemas locais através de sua ação, integrando seus moradores e familiares, promovendo o desenvolvimento comunitário [...].



No entanto, para que esse desenvolvimento ocorresse era preciso envolvimento e luta da comunidade na solicitação por direitos, em defesa dos interesses do produtor rural. Nessa perspectiva, na abordagem de Santos (2010), as associações comunitárias fazem parte de um grupo amplo da sociedade civil organizada, que atuam na aquisição e proteção dos direitos e na resolução de problemas para melhores condições de vida.

Pelo capítulo II do Estatuto Social da ACC, no artigo 4º, A Associação de conformidade com seus objetivos se propõe a: I - prestar aos moradores da comunidade, serviços de natureza social, educacional, cultural, recreativo que possam contribuir para a melhoria das condições de vida da comunidade, podendo, realizar convênios com entidades, órgãos públicos na perseguição de solução para problemas da comunidade; II – reivindicar e exigir junto aos órgãos públicos; melhoria e reparos referentes à infraestrutura de serviços a uma satisfatória qualidade de vida da população; III – lutar contra todas as formas de opressão e exploração que venha atingir, a população de Canta Galo; IV – estimular ou realizar ações associativas que levam a melhoria da comunidade. Nesse norte, os objetivos aqui mencionados e propostas aprovadas no Extrato do Estatuto da ACC, aqui já posto, demonstram que, esta, foi fundada como uma entidade sem fins lucrativos, com posturas políticas, porém, não partidárias, com a finalidade de avanços para a comunidade local, por meio de lutas e reivindicações para a diminuição das disparidades sociais, dos seus sócios que na grande maioria eram também moradores. Determinado formato de organização está embasado na questão do desenvolvimento local, através das associações comunitárias, que no caso citado é uma entidade formada pelo povo, embora com o passar do tempo a ACC e a política local buscaram uma a outra, como forma de crescimento comunitário por parte da entidade, e avanços partidários por parte do poder hegemônico da gestão municipal.

A ação comunitária é uma forma de cooperação que tem como objeto a superação das barreiras que, a nível da comunidade, impedem o desenvolvimento do homem enquanto ser coletivo. Ela se revela um instrumental que se caracteriza pela identificação de problemas, interesses ou preocupações de ordem comum, pela organização para pensar em comum as decisões sobre os mesmos e pelo desempenho das ações decididas. (SOUZA, 2000, p. 22).

Parafraseando Souza, (2010), a participação das camadas populares em ações comunitárias é um exercício contínuo de poder. A organização social é o fio condutor indispensável para a conquista de progressos, e nesse campo as

organizações de moradores têm construído importante base de ação e reflexão. Assim, como Souza, Santos (2010), afirma a relevância social para a existência de entidades participativas na sociedade civil, sendo, um elemento presente em qualquer projeto que busque aprimorar e melhorar as condições de vida desses sujeitos. Desse modo, as associações são ferramentas indispensáveis para aquisição do progresso das classes subalternas. Nessa conjuntura, Scherer-Warren (1999) *apud* Santos (2010) define o conceito de associação:

[...] Formas organizadas de ações coletivas empiricamente localizáveis e delimitadas, criadas pelos sujeitos sociais em torno de identificações e propostas comuns, como melhoria para a qualidade de vida, defesa de direitos da cidadania, reconstrução comunitária, etc. (WARREN (1999) *apud*, SANTOS, 2010, p, 39).

Portanto, as entidades associativas são fundamentais na construção de uma sociedade mais democrática, mesmo que o poder público (Estado), não tenha ainda reconhecido a devida importância que estas organizações possuem, na participação do crescimento de sua comunidade de atuação.

Durante o primeiro ano de fundação, as reuniões da ACC aconteciam apenas no âmbito da leitura do Estatuto para que os sócios compreendessem seus direitos e deveres com a entidade, bem como discussão do perfil dos sócios. No título II, *dos associados seus direitos, deveres e penalidades*, pelo artigo 5º “são sócios todos aqueles moradores de Canta Galo, maiores de 16 anos, cumprindo as obrigações de pagar as mensalidades e taxas fixadas pela entidade”. (Estatuto da ACC, p, 4) .O desejo de associar-se está ligado ao motivo de conseguir algum benefício, embora existam pessoas que acreditem na força da união para a formação de um trabalho coletivo mais coeso.

Em entrevista, a sócia Maria da Conceição Ferreira Ramos, cita os principais motivos almejados pelos indivíduos ao fazer parte da associação: “Para conseguir benefício junto com o órgão federal ou estadual, como salário natalidade, aposentadoria entre outros”. (RAMOS, entrevista concedida em 08 de dez. 2015). As dificuldades da vida fazem com que as pessoas busquem também ganhos individuais.

Diante das dificuldades locais, a ACC em suas reuniões mensais discute os problemas de infraestrutura das estradas, a reivindicação de um professor da 5ª série (atual 6º ano), juntamente com construção de salas de aulas e um posto de saúde. Porém, através da leitura do livro ata nº 1, determinadas reivindicações não

foram atendidas pelos órgãos públicos municipais. Em entrevista realizada em 23 de agosto de 2014 a senhora Ivania Oliveira esclarece os motivos das reivindicações supracitadas:

[...] Tinha muitos alunos que desejam continuar estudando aqui (Canta Galo), e como só tinha até a 4ª série, os pais queriam que eles continuassem aqui. [...] A gente pensava assim: pedia um professor para a 5ª série e nos anos seguintes continuaria com 6ª, 7ª e 8ª. Cada ano formaria uma série até formar o ginásio completo. (OLIVEIRA, 23 de agos. de 2014).

Esse projeto de ampliação do prédio escolar, não ficou restrito apenas às discussões e reivindicações da ACC. Consta no livro ata da Câmara de Vereadores de Conceição do Coité do ano de 1997, o projeto lei nº 56/97 de autoria do vereador Adauto Ferreira Mota, que previa a indicação da recuperação do prédio Escolar Pedro Damaceno Silva, no povoado de Canta Galo. Diante disso, é possível evidenciar que os sujeitos da ACC, foram além dos muros do Povoado, exigindo do poder público, providências para suas demandas sociais. No entanto, ainda nesse ponto da ampliação do prédio escolar e formação do Ginásio, a entrevistada Oliveira (2014), conclui:

Eu acredito que o pessoal de Amorosa reivindicavam né, e como a direção de lá tinha muito prestígio junto a secretária de educação; claro que ela pediu pra lá, sempre trabalhou lá e claro que ela atendeu o pedido dela. (OLIVEIRA, 23 de agosto de 2014).

Nas entrelinhas do relato acima, é fácil observar como a questão política partidária é um fator determinante para que organizações comunitárias conquistem benefícios mais concretos. A partir da fala da entrevistada, cabem aqui algumas considerações acerca da localidade onde foi implantado o sonhado ginásio, que a população cantagalense almejava. Amorosa é um Povoado próximo a Canta Galo, é menor, porém foi beneficiada com a formação do ginásio na estrutura física e humana, pois as questões políticas influenciaram na construção do Colégio, já que, segundo depoimentos de alguns eleitores, a situação da época liderava as intenções de votos na localidade. Portanto, a moeda de troca partidária tem muita influência nessas decisões, pois ganha recursos quem tem diálogo amistoso com os governantes e a sociedade acaba perdendo, pois deixa de exercer a política de maneira adequada, sem interesses de barganhas.

A maior parte dos estudantes que frequentam a Escola Leandro Gonçalves da Silva situada no referido Povoado, são oriundos de Canta Galo e regiões vizinhas (Miguel, Bela Vista, Algodões). Porém, nesse contexto de disputas, as ações da

ACC são marcantes em conseguir melhorias para a população mais pobre, ainda que sejam pontuais como: sementes para o plantio, cesta básica, trator para arar terras, entre outros. Conquistas essas, que tem um valor inestimável para os moradores da zona rural.

### 3.1 Associativismo na esfera local

Como prática de ação direta na labuta para conquistar e garantir benefícios em prol das camadas populares, a luta social organizada é *tudo* para o alcance de mudanças progressivas na construção de uma sociedade mais igualitária. Nesse sentido os sujeitos da ACC, teciam suas demandas:

O presidente Renato Damaceno Silva, iniciou a reunião falando e explicando ao povo para reivindicar através do Projeto Produzir a eletrificação do povoado e da região (fazenda Morro, Miguel, Amorosa e Tabuleiro). O projeto segue para a CAR, na certeza de ser atendido. [...] Todos devem ser (sic) unir em torno do mesmo objetivo que é o projeto de Energia Elétrica, lutando até o fim (Livro ata nº 1, 1993, p.41, 45 e 46).

É nesse clamor de mudanças no meio rural, que a ACC termina o ano de 1993 e inicia o ano 1994 na obtenção de avanços em serviço da comunidade. A CAR (Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional) é um órgão Estadual parceiro das associações que na década de 1990 teve ampliação de suas ações coordenando o PAPP (Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural). A CAR em suas publicações afirma a importância das associações, assegurando à comunidade a demanda de ações e projetos.

O projeto da eletrificação do Povoado e regiões vizinhas aconteceu conforme relato do livro ata (1994), através do Programa PRODUZIR, nome fantasia, dado ao Programa de Combate à Pobreza Rural financiado pelo Banco Mundial. CAR e PRODUZIR são programas de políticas públicas governamentais de fomento ao trabalhador rural, em que ações sociais se concretizaram com a participação desses sujeitos em associações, objetivando amenizar as mazelas através da participação, interligando governo estadual e comunidades, conforme enfatiza Olindo Araújo da Silva (2014):

[...] O parceiro principal é o Estado com o estabelecimento de convênios. Esses convênios resultam em ações que tem rebatimentos diretos tanto para a Associação quanto para o espaço onde ela está atuando. [...] Constituição de um patrimônio que vai sendo colocado à disposição dos associados; a execução de obras públicas referendadas pela ideia de que resultarão não do desejo do governante, mas da ação organizada da própria comunidade; a gradativa formação de lideranças políticas com voz ativa e, muitas vezes votos, no seio da comunidade; e a reestruturação das próprias

relações estabelecidas entre governo e comunidade, entre líderes comunitários e políticos, e entre os próprios moradores de uma comunidade que se fortalece a cada parceria realizada e avaliada como uma conquista da organização comunitária e não como “favor” do político. (SILVA, 2014, p.5).

Empenhada em ações para a aquisição de avanços para a comunidade, a ACC ainda precisa da colaboração dos programas CAR e PRODUIR, no contexto pesquisado, para direcionar benefícios mais exitosos no modo de vida da comunidade e de seus moradores. Não obstante, é possível encontrar líderes comunitários em parceria com representantes políticos de suas preferências, que demandam as conquistas das associações, a exemplo das cisternas, como algo dado ao morador pelo político em sinal de amizade ou retribuição de favores. O relato da entrevista abaixo citada, realizada com o senhor Clício Oliveira se mostra conclusivo, para a compreensão da referida questão. Quando questionado sobre o projeto da eletrificação do povoado, destaca que: “A eletrificação do povoado de Canta Galo foi dada início em 1994, projeto elaborado pela ACC, enviado para a CAR tendo acompanhamento do Deputado Emério Resedá e obra concretizada em 1996”.(Oliveira, 10 de março de 2015).Esse acontecimento faz parte da política clientelista, conforme Santos (2010) em análise do “Associativismo e cultura política” vem afirmar:

[...] Muitas associações ficam atreladas e totalmente dependentes de ações políticas e clientelistas desses representantes. Existem também aquelas associações que vão buscar o “auxílio”, através de representantes na esfera estadual e aquelas que mesmo sem atrelamento direto a nenhum representante ficam à espera de projetos assistencialistas que acabam chegando. (Santos, 2010, p. 49).

Nessa perspectiva, através das leituras dos livros atas e entrevistas realizadas para a referida pesquisa, é notório que os sócios da ACC e a comunidade cantagalense, além de serem beneficiados pelas ações assistencialistas da região sisaleira, promoviam do mesmo modo a participação popular entre seus membros para o desenvolvimento local. Nesse sentido, o associativismo é compreendido como uma possibilidade de resolução de problemas e progressos de vida, criando estratégias para a superação de barreiras, com união estabelecida entre os sócios para a defesa dos seus interesses.

Para isso, as associações são fundamentais na construção de uma sociedade democrática, na qual a participação cidadã é garantida desde a Constituição de 1988, momento que a sociedade civil utiliza os modos de atuar previstos em leis

para alcançar objetivos comuns, favorecendo o fortalecimento do exercício da cidadania e as populações organizadas nessas entidades têm mais força, para que suas exigências sejam atendidas. No entanto, a ACC precisa encaminhar projetos mais concretos que procurem compreender juntamente com os sócios, a estrutura social que gestou as desigualdades para uma parcela significativa da sociedade, desse modo, se faz necessário a construção de movimentos articulados com ensinamentos sobre as questões históricas, das disparidades socioeconômicas entre ricos e pobres.

Nesse cenário, para que uma comunidade cresça, são necessárias motivações e na região sisaleira, essas, advém do Estado, com estabelecimento de convênios que resultam em ações para a associação como também para o espaço no qual ela atua, ou seja, a comunidade, pois sem a prestação de serviços aos seus membros, as associações podem perder a razão de sua existência.

### **3.2A relação da ACC com a comunidade**

Entre 1988 e 2000, a ACC procurou manter uma relação aberta com a comunidade local no que tange a preservação dos patrimônios (cisterna, tanques, arado para terras, sede das reuniões, computadores, lata de zinco, móveis, etc.) e acesso ao lazer para os membros da entidade. Em maio de 1998, a Assembleia geral reuniu-se, conforme o livro ata, para discutir as demandas dos sócios e de trabalho para comunidade. Assim, elegeram como problema grave a ser solucionado o “concerto da cisterna”, para o qual a associação compraria o material e o trabalho seria feito em mutirão, forma muito utilizada na esfera popular, em que a população realiza ações que são de responsabilidade do Estado. Para Santos (2010):

O mutirão é utilizado nessa região [sisaleira] para a realização de tarefas diversas, desde a limpeza de uma propriedade para o plantio até a construção de uma escola, ou seja, efetivamente a agregação de pessoas com o objetivo de construir algo coletivo ou ajudar alguém que precisa. [...] A associação, utilizando recursos de suas mensalidades ou advindos de bingos na comunidade, compra os materiais e sua construção é efetivada através dos mutirões. Esse processo de construção coletiva é um dos mais importantes para o fortalecimento da concepção associativista. (Santos, 2010, p. 75 e 85).

Ações que antes dependiam de favores políticos passam ser realizadas pelos indivíduos da associação em favorecimento da comunidade. O concerto da cisterna para o sertanejo de modo geral, é uma ação relevante do ponto de vista da seca nordestina. Determinada atitude ultrapassa os limites do trabalho em si, uma vez

que ter a cisterna ou reservatórios (tanques) de água limpos, significa ter água potável para ser consumida e poder pensar em dias mais agradáveis para o morador da zona rural. Nesse aspecto, o Estado vai se isentando das suas responsabilidades para com a população, conforme Santos afirma:

No estado da Bahia, a criação de associações acaba sendo impulsionada por programas governamentais [...] Nesse caso, as pessoas não são mais beneficiadas, individualmente, mas enquanto entidade coletiva. (Santos, 2010, p.89)

Assim, é sabido que os convênios firmados entre a CAR e a ACC são importantes para o desenvolvimento da comunidade de Canta Galo. Dos acordos feitos entre essas entidades, destaca-se no ano de 1996 o projeto do posto telefônico, com convênio de Nº1484/96<sup>11</sup> financiado pela CAR através do programa PRODUZIR. O convênio contou com montante de R\$ 34.489,80 para implantação do posto telefônico<sup>12</sup>.

O ano 1998 foi repleto de conquistas, com resultados mais concretos para ACC. Assim, destaca-se o convênio de Nº 1048/98<sup>13</sup> para construção da barragem (recursos hídricos). O projeto contou com o financiamento de R\$ 28.110,94, obra que pode ser caracterizada como marco preponderante para população local, em virtude de longos períodos de estiagem provocando flagelo para os moradores. O manancial sanaria por longos períodos a falta de água para os animais e o consumo doméstico nos ciclos da seca.

A fiscalização no gerenciamento dos recursos financeiros, para a referida obra, ficaria sob a responsabilidade do conselho fiscal da ACC, que desempenha variadas funções, no entanto, aqui vamos abordar, especificamente, duas: I *examinar em qualquer tempo os documentos contábeis da Associação*; II *dar parecer nos balanços e relatórios anuais da entidade*. Nessa seara, conforme descrito na Ata Nº 1, a secretária discorre:

O fiscal Cícero Ferreira dos Santos (falecido), usando a palavra falou que estava se afastando por discordar de alguns pontos da barragem e o

---

<sup>11</sup> Informações contidas em: <http://www.car.ba.gov.br/resultado-convenio>. Acessado em 13 de agosto de 2015.

<sup>12</sup> Era um espaço reservado para a realização de ligações telefônicas, que moradores locais e de comunidades vizinhas faziam e recebiam de parentes que moravam em outras cidades ou estados. No contexto rural, o posto telefônico é um marco muito importante, pois até então, as pessoas se comunicavam apenas com o uso de cartas. O posto era administrado pela ACC e as pessoas pagavam uma taxa pelas ligações feitas. Funcionava nos turnos: matutino, vespertino e noturno e tinha como funcionários pessoas do próprio povoado.

<sup>13</sup> Informações contidas em: <http://www.car.ba.gov.br/resultado-convenio>. Acessado em 13 de agosto de 2015.

presidente convidou toda assembleia para a prestação de contas. (Livro ata 1988, p. 88).

Tal acontecimento revela que mesmo em uma entidade pequena constituída pelos próprios moradores os conflitos existiam, uma vez que os sócios não aceitavam gastos sem as devidas explicações dadas pelo presidente e tesoureiro, na administração da verba da barragem. Em entrevista, Maria da Conceição Ramos evidencia que:

O fiscal não concordou com o andamento da obra da barragem da forma que eles (presidente e tesoureiro) estavam executando. Eles estavam recebendo dinheiro para acompanhar a obra e o fiscal queria a prestação de contas sobre os gastos do mês, pois “eles” não estavam prestando conta dos gastos. (RAMOS, entrevista concedida em oito de dezembro de 2015).

Determinado posicionamento nos remete a refletir que o espaço das associações é plural permeado por disputas, pois embora a ACC tenha como objetivo central organizar a população para solucionar problemas, é notável na fala da entrevistada que, a honestidade era compromisso essencial no gerenciamento dos recursos públicos, e por isso, deveria ser levado com seriedade pelo membro do conselho, supracitado, contribuindo para que não se burlasse a aplicação deste fundo financeiro.

Outro aspecto relevante que ACC discutia durante seus encontros mensais era a frente de trabalho, ou seja, trabalho realizado na própria comunidade como: limpeza das estradas, de tanques, da praça do povoado entre outros. Objetivando por escolha da assembleia geral, beneficiar pessoas carentes da localidade, já que no final do mês estes trabalhadores seriam pagos através do financiamento das políticas públicas a nível governamental. A lógica do programa era garantir ocupação para a população rural, permitindo, assim, o poder de barganha e da mediação exercida pelos políticos sobre os cidadãos contemplada com o benefício. Nesse mesmo momento, como aparece no livro ata: “a cesta básica estava atrasada”, em virtude das fichas cadastrais que foram para Salvador. Estes pontos merecem destaque, pois se configuram como ações incisivas entre os membros da ACC e o poder local. Os sócios dependem desta “bondade”, pois diante de suas realidades de pobreza e na condição de moradores rurais não tinham escolha. Isso era “tudo”, frente à falta de oportunidades. Já para o poder público, tal atitude é um investimento significativo, no que tange o pensar político eleitoral, o quantitativo de votos, seja, no âmbito Federal, Estadual ou Municipal.

A construção do Centro Comunitário foi mais uma conquista para a ACC. De acordo com livro Ata nº 1 o Prefeito da época Everton Rios de Araújo, doou o terreno para sua construção e também liberou a verba para sua edificação. Sobre este fato, existem controvérsias. Quando perguntado por que a sede da ACC foi construída no local onde seria erguida uma casa de farinha, o então presidente da associação afirma o seguinte:

O terreno da sede da ACC foi comprado para a casa de farinha comunitária, sendo na época o prefeito Everton Rios de Araújo que comprou com recurso municipal, como não foi aprovado pela CAR o município doou para a sede da ACC. (OLIVEIRA, entrevista concedida em 10 de março de 2015).

Já Ivania Oliveira, uma sócia ativa, diz que:

Os sócios acharam que a produção de mandioca da região era pouca e era melhor construir a sede. Os sócios ficaram divididos, mas a maioria optou pela sede da associação. [...] Houve uma boa discussão na época... (OLIVEIRA, entrevista concedida em 23 de agosto 2014).

A partir das falas dos entrevistados, é possível compreender como são múltiplas as interpretações sobre o fato ocorrido. O primeiro entrevistado manifesta em sua fala a exaltação da figura de Everton Rios, como um “sujeito bom”, que doou o terreno para a sede comunitária, evidenciando a importância de se ter um “herói” na aquisição de benefícios. Ele não compreende essa conquista sendo também, uma luta dos sócios, pois uma vez organizados as chances de ganhos eram maiores.

Nesse campo de análise da construção da imagem do homem “Bom”, na obra *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda (1988) aborda no tópico “O Homem Cordial”, a construção do homem público, que com sua personalidade moldada às tradições familiares, era convidado a lidar com novas situações e relações grupais pautada em interesses de âmbito social. Segundo Holanda (1988), no Brasil no que se refere a escolha de homens para funções públicas, é possível constatar um sistema administrativo marcado em interesses particulares, fechados em proveitos próprios relacionados aos serviços públicos. “No “homem cordial”, a vida em sociedade é de certo modo, uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo, em apoiar-se sobre si próprio em todas as circunstâncias da existência”. (Holanda, 1988, p. 108). Desse modo, a figura do “homem bom” é consolidada entre os segmentos populares.

Já a segunda entrevistada, mostra todo um enredo marcando as decisões dos sócios, ressaltando em sua fala que a história não é uma narrativa linear, na qual os

sujeitos estão parados no tempo em que as coisas acontecem. Os membros da ACC estavam protagonizando suas histórias individuais que dentro da associação tornavam-se desejos e resultados coletivos, mostrando que as lutas podem desenvolver possibilidades de vitórias para os grupos subalternos, assim, colocado por Gramsci (2010).

A partir desta constatação, é permissível colocar que sede da ACC é um espaço destinado às reuniões mensais, como também espaço de lazer para crianças, jovens e adultos. No Centro Comunitário, assim chamado pelos sócios, ocorrem atividades ligadas à promoção social, a exemplo das aulas para adolescentes do Projeto Agente Jovem, (Programa de âmbito federal) aulas de capoeira, brincadeiras no dia das crianças, noite de louvor da juventude, atendimento médico, exames com oftalmologistas entre outros. Tais ações podem ser caracterizadas como promoção do desenvolvimento a nível cultural e social para os moradores Cantagalense. Segundo a análise de Santos (2010):

[...] Existem associações comunitárias, na região Sisaleira, que tem a concepção do desenvolvimento endógeno em sua base, não aceitam mais ações que resultem em materializações que não tragam benefícios a maioria da comunidade. Na verdade, as associações da região Sisaleira demonstram que buscam uma participação cada vez maior nos rumos da sociedade. (SANTOS, 2010, p. 118).

Desse modo, a ACC se apresenta dentro da Região rural como uma entidade que faz o diferencial, pois para além das reuniões mensais e militância na reclamação de direitos, a organização citada, conseguia dentro de suas possibilidades oportunizar ao grupo, outros espaços de lazer, pensando continuamente no acesso social e cultural de seus moradores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto político social da década de 1980 foi marcado por lutas, seja no âmbito político, com o período de redemocratização, em virtude do regime autoritário, instaurado no país entre os anos de 1964 e 1985, seja nas estruturas sociais, com os movimentos reivindicatórios caracterizados por requerer melhorias para habitações, saúde e educação, na labuta para conquistar direitos básicos para a população que vivem à margem da sociedade.

O trabalho mostrou a trajetória dos sujeitos moradores do campo, na busca para melhorar suas realidades de cidadãos, ainda que os ganhos reais não representassem seus desejos apresentados nos livros atas da entidade, aqui estudados, e nas reivindicações frente ao poder público municipal. Desse modo, é contundente afirmar que as organizações comunitárias são de grande valia para o desenvolvimento local das comunidades, onde nascem às associações na busca de medidas concretas de progresso para os sócios e moradores.

Frente a isso, serão tecidas aqui algumas reflexões sobre o estudo da ACC. Compreendemos que a busca pelo desenvolvimento local foi responsável pelo nascimento da entidade. O projeto desenvolvimentista do país fazia parte de programas de políticas sociais, criadas para promover o crescimento nordestino, e consequentemente, as regiões rurais.

Nesse caminho a política partidária se fazia presente, através dos mecanismos políticos tradicionais, a exemplo da corrosiva política clientelista, que ao longo do tempo esteve presente no andamento da organização. O conceito foi analisado, a partir das relações estabelecidas entre a ACC e o poder local. Os benefícios conquistados pela a entidade eram vistos, em muitos casos, como boa ação concedida aos sócios, por parte do poder hegemônico local. Entretanto, como toda organização é heterogênea, com a ACC não foi diferente. Os membros da referida associação, sabiam lidar com a situação, uma vez que traziam para os encontros mensais outros sujeitos que faziam oposição à gestão municipal, mostrando que a ACC era um espaço de disputas constantes de poder.

Os fundamentos para o alcance do desenvolvimento estão relacionados ao modelo participativo, que no Brasil é garantido pelos processos de lutas dos movimentos sociais organizados da sociedade civil. Assim, a participação era realizada na comunidade cantagalense, por meio da ocupação de espaços no

requerimento de direitos. Contudo, no decorrer desse trabalho, não é observável atos participativos mais concretos, em que os sujeitos lutassem por benefícios mais duradouros, a exemplo de cooperativas, como meio de melhorar as situações econômicas e sociais dos produtores rurais, e conseqüentemente mudanças para a comunidade.

No campo da intencionalidade das ações políticas da ACC, é percebido que os sócios ainda não possuem um entendimento mais coeso, quanto à importância de reivindicar por meio de atos políticos, que levassem os sujeitos ao campo de embates mais diretos com a administração responsável por oferecer políticas públicas reais para a população. Muitas das demandas apresentadas pelos membros nos encontros mensais ficaram restritas à aprovação dos vereadores da Câmara municipal. Os sócios não buscaram ir até o encontro destes, nas seções da Câmara, provavelmente pela falta de maturidade relacionando as complexidades do jogo político, ou mesmo pela falta de oportunidade em virtude da dificuldade com o transporte para se deslocarem até a cidade.

Nesse contexto, mesmo a ACC não avançando para direções mais politizadas, que as lutas sociais exigem, a entidade conquistou mudanças significativas para a localidade. Mesmo a política local intervindo na garantia de benefícios que já era de sua responsabilidade administrativa, esta não conseguiu apregoar sua marca nas ideias de muitos integrantes da entidade.

Em suma, vale ressaltar que no interior das organizações sociais, os objetivos para a conquista do desenvolvimento apontam para uma complexa rede de relações que vai do líder comunitário juntamente com seu grupo, até as representações políticas que lhes interessam. Assim, muitos dos sócios da localidade, vivem a certeza que somente, através da união poderão mudar suas realidades locais.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Espaços da Saudade. In: **A invenção do Nordeste e outras artes**. Prefácio de Margareth Rago. - 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2009, p, 78-88.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. Onde se faz política: cenário especular das candidaturas populares. In: **Chuvas de papéis**: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de antropologia da política, 1998, p, 159-176. Disponível em: [http://nuap.etc.br/homolog/wp-content/uploads/2013/05/chuva\\_de\\_papeis.pdf](http://nuap.etc.br/homolog/wp-content/uploads/2013/05/chuva_de_papeis.pdf), acesso em: 05 de mar. 2016.

CARDOSO, Fernando Henrique. O fim da Era Vargas. Disponível em: <http://www.conversaafiada.com.br/politica/2014/08/24/fhc-decreta-o-fim-da-era-vargas-qua-qua-qua>, acesso em: 13 de abr. de 2016.

CARDOSO, Gil Célio de Castro. A Atuação do Estado no Desenvolvimento Recente do Nordeste. João Pessoa-PE: Editora Universitária/UFPB, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. Introdução: mapa da viagem. In: **Cidadania no Brasil: o longo Caminho**. 19ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, p, 13-21.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em: <http://www.proead.unit.br/professor/waldefrankly/arquivos/textos/Mandonismo>. Acesso em 04 de Agosto 2015.

CASALECCHI, José. Sistema Partidário- partidos políticos. In: **O Brasil de 1945 ao golpe militar**. São Paulo: contexto, 2002, cap. 4, p. 53-67.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro, VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. ed.16. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, cap. 02, p. 45-61.

CHACON, Suely Salgueiro. Modernidade e política no Ceará. In: **O sertanejo e o caminho das águas**: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007, cap. 3, p, 87-97.

DAMATTA, Roberto. Sabe com quem está falando? Um ensaio sobre a distinção entre individuo e pessoa no Brasil. In: **Carnavais, malandros e heróis**: Para uma sociologia do dilema brasileiro. 6 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, cap. IV, p.180-248.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Sociedade civil e democracia: um debate necessário. Libertas, Juiz de Fora, v.8, n.2, p.83, 2008. Disponível em: [www.plataformademocratica.org/Publicacoes/7146\\_Cached](http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/7146_Cached), acesso em: 23 de fev. 2016.

FREUND, Julien. A sociedade política. In: **Sociologia de Max Weber**. Tradução de Luís Claudio de Castro e Costa. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense- Universitária, 1987, cap. IV, p, 159-162.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. Caxambu(MG): Revista brasileira de educação, Caxambu, v.16, n.47, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>, acesso em: 10 de dez. de 2013.

GRAMSCI, Antônio. *Caderno 25 (1934): Às margens da história*. (História dos grupos sociais subalternos) In: **Cadernos do Cárcere, volume 5**. Tradução: HENRIQUES, Luiz. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002, p, 131-145. Disponível em: <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/08/GRAMSCI-Ant%C3%B4nioCaderno251934As-M%C3%A1rgens-da-Hist%C3%B3riaP-129-145NotasP394-397.pdf>, acesso em: 12 de fev. de 2016.

GRAMSCI, Antônio. Caderno do Cárcere 12. Tradução: Paolo Nosella. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2010, p, 92-100. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4660.pdf>, acesso em: 15 de dez. de 2015.

HOBBSAWM, Eric. Deveriam os pobres de organizar? In: **Mundos do trabalho: novos estudos sobre a classe operária**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2000, cap. 16, p, 399-417.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O homem cordial. In: **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p, 139-152.

JOUTARD, Philippe. Desafios à história oral do século XXI. FERREIRA, Marieta de Moraes (org.) In: **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Fiocruz Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000, cap. 02, p, 31-45. Disponível em: <http://static.scielo.org/scielobooks/2k2mb/pdf/ferreira-9788575412879.pdf>, acesso 25 de mar. de 2016.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

LIMA, Márcio Carneiro de. A atuação política da Associação do Desenvolvimento Comunitário de Aroeira (ADECAR) entre 1987 e 2008: o desenvolvimento comunitário nos trilhos do clientelismo e do partidarismo. 2010. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade do Estado da Bahia. Conceição do Coité, 2010.  
LUIZ, Cláudio Duarte. Os movimentos sociais urbanos nos anos 70 e 80: um balanço historiográfico. Vertices, v 1, 2000. Disponível em: <http://essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/viewFile/1809-2667.20000006/145>, acesso em: 20 de jun. de 2015.

MENDONÇA, S. FONTES, V. As bases do milagre. In: **História do Brasil Recente (1964-1992)**. São Paulo: Ática, 1999. Cap. 3, p, 21-34.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Intelectuais e Estado na historiografia brasileira. In: COELHO, Eurelino; PACHECO, Larissa (org.) **Lutas sociais, intelectuais e poder: problemas da história social**. Feira de Santana: UEFS, 2012, cap. 3, p, 193-208.  
MICHELET, Jules. O Povo. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Os intelectuais na nova pedagogia da hegemonia. Feira de Santana: UEFS, 2012, cap. 4, p.209-226.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à Razão Dualista – O Ornitorrinco*. Prefácio de Roberto Schwarz. São Paulo: BOITEMPO EDITORIAL, 2003.

OLIVEIRA, Pedro. Reflexões sobre o Estado e extensão rural no Brasil (1948- 1974) XXVII simpósio nacional de história: conhecimento histórico e diálogo social. Natal, julho de 2013. Disponível em: [http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1372277819\\_ARQUIVO\\_Reflexo\\_essobreEstadoeExtensaoRuralnoBrasil\\_1\\_OK.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1372277819_ARQUIVO_Reflexo_essobreEstadoeExtensaoRuralnoBrasil_1_OK.pdf), acesso em: 10 de out. de 2014.  
OLIVEIRA, Vanilson Lopes de. A Capital do Sisal. 3ª ed. Conceição do Coité: Clip, 2003.

PINHEIRO, Israel de Oliveira. A política na Bahia: atraso e personalismo. Ideação, Feira de Santana, n. 4, p. 49-78, 1999. Disponível em: <http://vivaldofsjr.blogspot.com.br/2009/04/resenha-pinheiro-israel-de-oliveira.html>, acesso em: 02 de fev. de 2016.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. El al. In: **História geral da civilização brasileira: O Brasil republicano**, v.8: estrutura de poder e economia (1889-1930). 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p, 175-208.

SANTOS, Edinusia Moreira Carneiro. Associativismo e Desenvolvimento: o caso da região sisaleira da Bahia. Feira de Santana: UEFS Editora, 2010.

SEN, Amartya Kumar. Desenvolvimento como liberdade. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Ademir Alves da. O Estado. In: **Políticas sociais e corporativas habitacionais**. São Paulo: Cortez, 1992, cap. 3, p, 24-42.

SILVA, Samara Suélen Lima da. O prefeito do coração: ascensão de Diovando Carneiro no contexto político tradicional em Conceição do Coité. 2009. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade do Estado da Bahia. Conceição do Coité, 2009.

SKIDMORE, Thomas. Figueiredo: o crepúsculo do governo militar. In: **Brasil de Castelo a Tancredo**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, cap. VII, p. 409-497.  
SOARES, José Arlindo; LOSTÃO, Salvador Soler. Poder Local e Participação Popular. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992.

SORJ, Bernardo. As sete faces da sociedade brasileira. In: **A nova sociedade brasileira**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, cap. 01, p, 11-35.

SOUZA, Maria Luiza de. Desenvolvimento de Comunidade e Participação. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SPESSART, Stefanie. Movimentos de Bairro e Estado: lutas na esfera da reprodução na América Latina. In: MOISÉS, José Álvaro. [El al]. **Cidade, povo e poder**. Rio de Janeiro: paz e terra, 1992, p, 110-160.

VILAÇA, Helena. As associações de moradores enquanto aspecto particular do associativismo urbano e da participação social. Faculdade de letras da Universidade do Porto, 1994. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1318.pdf>, acesso em: 10 de dez. de 2013.

### **FONTES**

Atas das Assembleis gerais da ACC

Ata da Câmara Municipal de 1997

Convênio de Nº 1048/98 entre CAR e ACC

Convênio de Nº1484/96 entre CAR e ACC

Estatuto da ACC – 08/02/1988

### **ENTREVISTAS**

ARAUJO. A. Entrevista concedida a Ludmilla Ramos Silva. Conc. Do Coité, 17 de mar. de 2015

OLIVEIRA, C. Entrevista concedida a Ludmilla Ramos Silva. Conc. Do Coité, 10 de mar. 2015

OLIVEIRA, I. Entrevista concedida a Ludmilla Ramos Silva. Conc. do Coité, 23 de ago.2014

SILVA.R. Entrevista concedida a Ludmilla Ramos Silva. Conc. Do Coité, 23 de ago. 2014

RAMOS.C. Entrevista concedida a Ludmilla Rmaos Silva. Conc. do Coité, 15 dez. 2015.

## Anexos



Figura 1 Fotografia panorâmica do Povoado de Canta Galo/2



Figura 2 Fotografia da construção do Centro Comunitário



Figura 3 Fotografia da parte de dentro do Centro.





Figura 4 Marca física do poder local.



Figura 5: Centro Comunitário da ACC, situação atual.